

JOÃO HILTON SAYEG-SIQUEIRA

Organizador

LEITURA EPISTÊMICA

do discurso e do texto

da oralidade

da polidez

da norma e do uso da língua portuguesa no Brasil



LEITURA EPISTÊMICA

do discurso e do texto

da oralidade

da polidez

da norma e do uso da língua portuguesa no Brasil





AVALIAÇÃO, PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram avaliados por pares e indicados para publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Alice H. T. Benrvidez CRB-1/3129

L727 1.ed.	Leitura epistêmica: do discurso e do texto, da oralidade, da polidez, da norma e do uso da língua portuguesa no Brasil [livro eletrônico] / organização João Hilton Sayeg-Siqueira. – 1.ed. – Curitiba-PR: Editora Bagai, 2024, 73p. E-book. Bibliografia. ISBN: 978-65-5368-363-1 1. Linguagem. 2. Discurso. 3. Texto. 4. Leitura. I. Sayeg-Siqueira, João Hilton.
04-2024/41	CDD 800

Índice para catálogo sistemático:
1. Leitura 800

 <https://doi.org/10.37008/978-65-5368-363-1.17.04.24>

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização prévia da **Editora BAGAI** por qualquer processo, meio ou forma, especialmente por sistemas gráficos (impressão), fonográficos, microfílmicos, fotográficos, videográficos, reprográficos, entre outros. A violação dos direitos autorais é passível de punição como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de multa e prisão, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610 de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Este livro foi composto pela Editora Bagai.



www.editorabagai.com.br



[/editorabagai](https://www.instagram.com/editorabagai)



[/editorabagai](https://www.facebook.com/editorabagai)



contato@editorabagai.com.br

João Hilton Sayeg-Siqueira
Organizador

LEITURA EPISTÊMICA

do discurso e do texto
da oralidade
da polidez
da norma e do uso da língua portuguesa no Brasil



PUC-SP

Esta publicação foi financiada pelo Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)



1.ª Edição - Copyright© 2024 do autor.

Direitos de Edição Reservados à Editora Bagai.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) respectivo(s) autor(es).

As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referencial bibliográfico são prerrogativas de cada autor(es).

<i>Editor Chefe</i>	Cleber Bianchessi
<i>Revisão</i>	Luisiana Ferreira Moura
<i>Capa</i>	João Hilton Sayeg-Siqueira
<i>Diagramação</i>	Luciano Popadiuk
<i>Conselho Editorial</i>	Dr. Adilson Tadeu Basquerote – UNIDAVI Dr. Anderson Luiz Tedesco – UNOESC Dra. Andréa Cristina Marques de Araújo - CESUPA Dra. Andréia de Bem Machado – UFSC Dra. Andressa Grazielle Brandt – IFC - UFSC Dr. Antonio Xavier Tomo - UPM - MOÇAMBIQUE Dra. Camila Cunico – UFPA Dr. Carlos Alberto Ferreira – UTAD - PORTUGAL Dr. Carlos Luís Pereira – UFES Dr. Claudino Borges – UNIPIAGET – CABO VERDE Dr. Cledione Jacinto de Freitas – UFMS Dra. Clélia Peretti - PUCPR Dra. Daniela Mendes V da Silva – SEEDUCRJ Dr. Deivid Alex dos Santos - UEL Dra. Denise Rocha – UFU Dra. Elisa Maria Pinheiro de Souza – UEPA Dra. Elisângela Rosemeri Martins – UESC Dra. Elnora Maria Gondim Machado Lima - UFPI Dr. Ernane Rosa Martins – IFG Dra. Flavia Gaze Bonfim – UFF Dr. Francisco Javier Cortazar Rodríguez - Universidad Guadalajara – MÉXICO Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes – UENP Dr. Hélder Rodrigues Maiunga - ISCED-HUILA - ANGOLA Dr. Helio Rosa Camilo – UFAC Dra. Helisamara Mota Guedes – UFVJM Dr. Humberto Costa – UFPR Dra. Isabel Maria Esteves da Silva Ferreira – IPPortalegre - PORTUGAL Dr. João Hilton Sayeg de Siqueira – PUC-SP Dr. João Paulo Roberti Junior – UFRR Dr. Joao Roberto de Souza Silva - UPM Dr. Jorge Carvalho Brandão – UFC Dr. Jorge Henrique Gualandi – IFES Dr. Jose Manuel Salum Tome, PhD – UCT - Chile Dr. Juan Eligio López García – UCF-CUBA Dr. Juan Martín Ceballos Almeraya - CUIM-MÉXICO Dr. Juliano Milton Kruger - IFAM Dra. Karina de Araújo Dias – SME/PMF Dra. Larissa Warnavin – UNINTER Dr. Lucas Lenin Resende de Assis - UFPA Dr. Luciano Luz Gonzaga – SEEDUCRJ Dra. Luisa Maria Serrano de Carvalho - Instituto Politécnico de Portalegre/CIEP-UE - POR Dr. Luiz M B Rocha Menezes – IFTM Dr. Magno Alexon Bezerra Seabra - UFPA Dr. Marciel Lohmann – UEL Dr. Márcio de Oliveira – UFAM Dr. Marcos A. da Silveira – UFPR Dra. María Caridad Bestard González - UCF-CUBA Dra. Maria Lucia Costa de Moura – UNIP Dra. Marta Alexandra Gonçalves Nogueira - IPLEIRIA - PORTUGAL Dra. Nadja Regina Sousa Magalhães – FOPPE-UFSC/UFPA Dra. Patricia de Oliveira - IF BALANO Dr. Paulo Roberto Barbosa – FATEC-SP Dr. Porfirio Pinto – CIDH - PORTUGAL Dr. Rogério Makino – UNEMAT Dr. Reiner Hildebrandt-Stramann - Technische Universität Braunschweig - ALEMANHA Dr. Reginaldo Peixoto – UEMS Dr. Ricardo Cauica Ferreira - UNITEL - ANGOLA Dr. Ronaldo Ferreira Maganhotto – UNICENTRO Dra. Rozane Zaionz - SME/SEED Dr. Stelio João Rodrigues - UNIVERSIDAD DE LA HABANA - CUBA Dra. Sueli da Silva Aquino - FIPAR Dr. Tiago Tendai Chingore - UNILICUNGO – MOÇAMBIQUE Dr. Thiago Perez Bernardes de Moraes – UNILANDRADE/UK-ARGENTINA Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández – UCLV e CUM – CUBA Dra. Vanessa Freitag de Araújo - UEM Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT Dr. Yoissell López Bestard- SEDUCRS

APRESENTAÇÃO

Este livro tem por objetivo trazer resultados de estudos construtores de conhecimentos a respeito do discurso, do texto, da oralidade, da polidez e da norma e do uso da língua portuguesa no Brasil. Conhecimento, do latim *cognitio*, diz respeito à ação de conhecer, ao processo de transformar informações, por vezes esparsas, em aparato científico, ou, outras vezes, conceitos de diversos autores, em diferentes vertentes, reunidos numa nova proposta de avanço do conhecimento na área de estudo.

Não se pode desconsiderar o aparato filosófico que deu início a toda sistematização para o estudo da cognição. No grego, conhecimento tem sua raiz em *epistasthai*, isto é, entender para saber fazer, portanto, não implica apenas investigação científica, como também, problema, objetivo e método. Assim é construído o conhecimento, não o empiricamente espontâneo, que vivifica a prática, mas o academicamente sistematizado, que produz ciência.

Assim fundamentado, o estudo se configura como uma leitura epistêmica, uma vez que resgata o conhecimento prévio do leitor, projeta-o para relações dialógicas e o redimensiona a partir das novas informações recebidas, mensurando-as a partir de uma condição de verdade, possível de formulá-las, cientificamente, em conceitos. Aí está a base epistêmica, entender para saber fazer, da qual decorre a cognitiva, ação para a construção do conhecimento.

Nesse panorama, configura-se um mosaico de estudos que, pela linha teórica e metodológica adotada, resgatam pressupostos e propõem novas perspectivas de reflexão, percorrendo um caminho teórico, metodológico e pedagógico na configuração dos capítulos propostos por:

João Hilton Sayeg-Siqueira – *Estudo do discurso e do texto* – em que são abordadas concepções referentes à linguagem, ao discurso, ao gênero do discurso, ao enunciado, à cons-

trução referencial, à referenciação e genericidade, ao texto, à tipologia textual, à coesão textual e à coerência textual.

Dieli Vesaro Palma e João Hilton Sayeg-Siqueira – *Estudo da oralidade* – em que são tratados aspectos relativos à produção textual, ao texto oral, à interação, à cortesia verbal e a uma aplicação prática.

Luiz Antonio Ferreira e Lilian Ghiuro Passarelli – *Estudo da polidez* – em que são expostos focos atinentes à polidez na sociedade, à preservação da face e à polidez na escola.

Jarbas Vargas Nascimento – *Estudo da norma e do uso da língua portuguesa no Brasil* – em que são explanados tópicos alusivos à historiografia, à história, à norma, ao uso e ao ensino.

Um arrazoado teórico-metodológico se configura numa sequência de visões imprescindíveis para que se interessa pelo estudo das configurações sociais do sujeito em situações interacionais institucionalizadas e não institucionalizadas.

João Hilton Sayeg-Siqueira
Organizador

SUMÁRIO

ESTUDO DO DISCURSO E DO TEXTO	9
João Hilton Sayeg-Siqueira	
ESTUDO DE ORALIDADE	28
Dieli Vesaro Palma	
João Hilton Sayeg-Siqueira	
ESTUDO DA POLIDEZ	42
Luiz Antonio Ferreira	
Lilian Ghiuro Passarelli	
ESTUDO DA NORMA E DO USO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL	56
Jarbas Vargas Nascimento	
SOBRE O ORGANIZADOR-AUTOR	70
SOBRE OS AUTORES	71
ÍNDICE REMISSIVO	72

ESTUDO DO DISCURSO E DO TEXTO

João Hilton Sayeg-Siqueira

O que mais se ouve professor observar das atividades de produção textual dos alunos é que eles não têm conteúdo, que desenvolvem o texto com base no senso comum; que é uma geração sem conteúdo, sem palavras, que não gosta de escrever. Essa é a base a partir da qual passarei a estabelecer reflexões sobre linguagem, discurso, texto e ensino.

Não me parece que a situação do jovem, hoje, corresponda, de fato, às observações dos professores. Nunca se utilizou tanto a linguagem escrita como atualmente, com o avanço dos recursos tecnológicos de comunicação. Os jovens preferem enviar mensagens pelas redes sociais, a conversarem face a face com os amigos. A comunicação on-line está cada vez mais presente em todos os setores da vida moderna, seja nas negociações comerciais seja nas interações sociais. Escreve-se, escreve-se, escreve-se. Até nas aulas já não é mais privilegiado o discurso oral do professor, mas sim os textos elaborados em PowerPoint, projetados em data show ou em lousas digitais.

Por que os adolescentes conseguem, ou até preferem, escrever tanto em seu aparelho eletrônico de mensagens e não se interessam em escrever textos nas aulas de redação? A resposta é simples, porque, nas redes sociais, como o próprio nome diz, ele se constitui como sujeito social. Para haver interação, para haver comunicação, é necessário se reconhecer como sujeito social. O sujeito deve se estabelecer socialmente, pois só assim ele consegue produzir discurso e se constituir como sujeito de discurso. É fundamental entender que o discurso produz e lê o texto. O sujeito tem de estar discursivamente constituído não só para produzir o texto, mas também para lê-lo. E o sujeito só se constitui discursivamente, se, antes, ele for um sujeito socialmente constituído. Não se pode esquecer que discurso é a linguagem como prática social. Para se ter discurso é preciso que a linguagem seja investida de uma prática social.

Pela prática social, a linguagem se transforma em discurso e o sujeito social em sujeito de discurso e, aí, consegue produzir e ler texto. Na escola, quer-se ensinar, antes, a se produzir texto, sem considerar a formação do sujeito social e seu estabelecimento como sujeito de discurso. Primeiramente, é preciso saber elaborar discurso para poder atualizá-lo, linguisticamente, em texto. Se o sujeito não tem um caráter social e não se estabelece como sujeito de discurso, não vai produzir discurso e não terá, portanto, o que textualizar, uma vez que o texto é o tecido linguístico do discurso.

E não adianta simular situações: vamos elaborar um jornal em sala de aula, vamos escrever uma antologia poética, vamos organizar um livro de crônicas; se o aluno não se sentir um sujeito social, detentor de um conhecimento específico e necessário para a realização da tarefa. Convém, a priori, trabalhar com o aluno qual o papel social de um jornalista e de um jornal, da mesma forma do poeta e do cronista, para que ele possa entender o que vai fazer e para quê. De nada vale um estímulo sem construção de conhecimento, e é isso o que o aluno espera, por isso se interessa tanto pelos trabalhos que elabora nas aulas de ciências, pois precisa de um apoio teórico, anterior, para processar a experiência. Não devemos subestimar a inteligência e a capacidade dos alunos, mas sim, e principalmente, estimulá-las e valorizá-las.

LINGUAGEM

Todo ser vivo é dotado de um princípio de inteligência, não importa se pertence ao reino vegetal ou animal. Uma árvore, na época do inverno derruba suas folhas, por que é uma estação de pouca ou nenhuma chuva, portanto, ela precisa armazenar, o mais que puder, nutrientes na raiz, para se sustentar na época de estiagem e florescer na primavera, quando as chuvas voltam. É ter um princípio de inteligência para garantir a sobrevivência, não só dela, mas da espécie. Os animais, igualmente, as formigas, já diz a fábula, armazenam no verão, para sobreviverem hibernadas no inverno. A diferença que sabemos, até agora, entre os vegetais e os animais é que estes possuem linguagem, às vezes mais rudimentar, outras, mais sofisticadas. A girafa, embora pescoçuda, como não emite nenhum som, pelo menos, até agora, captado por nossos medidores de

decibéis auditivos, deve possuir uma linguagem bem simples, diferente da humana que é toda rebuscada de traços segmentais, os sons, e de suprasegmentais, as entonações.

A linguagem serve para designar e criar processos de interação. Assim, linguagem é qualquer forma, rudimentar ou sofisticada, sistematizada de designação e de interação. Por mais rudimentar que seja, possui uma forma também rudimentar de sistematização, como dos porquinhos-da-índia que emitem sons baixos de satisfação para reunir o grupo e provocar sessões de carícia e felicidade, e sons curtos e altos para alertar e manifestar a insatisfação com a presença de um intruso. Já o ser humano, utiliza a linguagem para se organizar em sociedade, isso se deve, principalmente, à região frontal do córtex cerebral (lobo frontal) responsável pela realização da atividade motora, da articulação da fala, do pensamento, do planejamento, da cognição e da memória. Alguns primatas têm o lobo frontal com a mesma dimensão da do ser humano, mas a dinâmica e o processamento neural ficam bem aquém. O ser humano utiliza 12% de sua potência cerebral e os primatas apenas 2%.

Em decorrência dessa capacidade de processar com dinamismo a realização da atividade motora, da articulação da fala, do pensamento, do planejamento, da cognição e da memória, o ser humano consegue organizar uma estrutura social muito mais complexa que os outros animais. As abelhas vivem em sociedade, mas de estrutura bem simples e concisa, pois há apenas três espécies de organismos, diferenciados anatomicamente entre si para o desenvolvimento de determinadas funções: as abelhas operárias, fêmeas estéreis, encarregadas dos afazeres de manutenção e sobrevivência da colmeia; a abelha rainha, única fêmea fértil, incumbida apenas da postura de ovos, quase mil por dia; e os zangões, machos responsáveis somente por fertilizar os ovos.

DISCURSO

Não importa qual o tipo de organização de uma sociedade, seja das abelhas, hierarquicamente estruturada a partir do poder exercido pelo feromônio produzido pela rainha, substância química que permite a sua comunicação com os habitantes da colmeia, que tem por objetivo estimular determinado comportamento, de alarme, de agregação, de

contribuição na produção de alimentos, de defesa, de ataque, de acasalamento, e que mantém a supremacia real, inibindo, inclusive, o desenvolvimento de ovários nas operárias. Na sociedade humana, a base para sua organização e sua manutenção é o discurso, é ele que atribui poder, não substâncias químicas produzidas por nosso organismo. Discurso, como instituinte e mantenedor de poder, é a utilização da linguagem como prática social. Toda vez que a linguagem é disposta como prática social, tem-se a produção de discurso. (Fairclough, 2001)

GÊNERO DO DISCURSO

A sociedade humana, como um conjunto de sistemas institucionais de emanção de poder, se organiza em esferas de atividades que se estabelecem a partir de um domínio discursivo, pois é preciso um instrumento de interação para haver organização. O domínio discursivo circula na esfera ou fora dela por meio de enunciados de relativa estabilidade, chamados gêneros do discurso. Os gêneros são as formas de atualização do domínio discursivo para ele se prestar aos interesses da esfera e da sociedade que dela se serve. (Bakhtin, 1992)

Assim, há uma esfera de atividade jornalística que se constitui a partir de um domínio discursivo jornalístico que circula na esfera e fora dela por meio dos gêneros jornalísticos: notícia, editorial, coluna, artigo, crônica, resenha, classificado. Há uma esfera de atividade jurídica, cujo domínio discursivo jurídico circula por meio dos gêneros jurídicos: petição inicial, contestação, reconvenção, apelação, sentença. Há uma esfera de atividade pedagógica, cujo domínio discursivo é o pedagógico e que circula por meio dos gêneros pedagógicos: projeto pedagógico, planejamento pedagógico, conteúdo programático, plano de aula, metodologia de ensino, estratégia, material didático, textos didáticos.

São muitas, variáveis e volúveis, as esferas de atividades humanas, dependendo da época, das necessidades, das demandas, dos avanços tecnológicos. Não se pode, no entanto, dizer que a invenção ou o desenvolvimento de um novo aparelho gera uma esfera de atividade humana e um novo domínio discursivo. O rádio e a televisão são sistemas eletrônicos utilizados pela esfera do entretenimento, do jornalismo, da classe política, do mercado publicitário para divulgar produtos; o telefone, o

telégrafo, o radioamador, o computador são dispositivos utilizados pela esfera da intercomunicação para transmitir mensagens. Os instrumentos ou suportes de veiculação não se constituem em esfera ou em domínio discursivo.

ENUNCIADO

Os gêneros são definidos como enunciados, que são concretos, porque desencadeiam uma atitude responsiva no outro. Atitude responsiva corresponde a resposta (Bakhtin, 1992). Quando uma expressão linguística (uma frase) goza de uma condição de verdade ao circular socialmente, isso quer dizer que desencadeou uma atitude responsiva. O fato de se reconhecer a condição de verdade já é uma resposta ao que foi dito. Reconhecer uma condição de verdade não significa concordar com o que foi dito. O simples ato de contestar o que foi dito demonstra que uma condição de verdade foi reconhecida. Quando alguém se diz ateu, considera que a existência de Deus goza de uma condição de verdade, embora ele não concorde com isso. Se a existência de Deus for radicalmente contestada, não se diz ateu (a negação de Deus), mas cético, a negação da condição de verdade da existência. Condição de verdade não significa verdadeiro, mas, grosso modo, verossímil, por não contrariar a verdade, por ser plausível. No caso do cético, não é nem plausível.

Acredita-se que a origem do universo se deu por uma explosão, o Big Bang, que espalhou massa e gases que formaram os diferentes corpos celestes que hoje são conhecidos. Não se sabe, com certeza, se foi assim mesmo que tudo aconteceu, mas se aceita essa hipótese, por ela não contrariar nenhuma verdade sobre a real origem do universo. É plausível? Sim. O mesmo acontece com o surgimento do homo sapiens. Tem-se o conhecimento exato do momento ou da forma como o primata se transformou em ser humano? Não, o que possibilita a geração de diversas hipóteses, que não contrariam nenhuma verdade, por não haver uma teoria definitiva sobre o assunto. Acabamos por aceitar todas e a desconfiar de cada uma, por não serem verdadeiras e sim plausíveis.

As coisas começam a existir quando alguém as diz. Georges Lemaître propôs a hipótese do Big Bang e ela passou a existir, a ser considerada e discutida pela comunidade científica. Há os que dizem que o universo

não se formou por uma explosão e sim por uma expansão de massa e gases, daí o formato espiralado das galáxias; e que o universo, por essa sua origem, continua em expansão. As duas hipóteses são plausíveis, portanto, verossímeis e não verdadeiras, por continuarem sendo hipóteses e conviverem nos círculos de discussão da origem do universo.

CONSTRUÇÃO REFERENCIAL

A linguagem é que cria as coisas no mundo. Para algo passar a existir, precisa ser dito por alguém. Eu vejo um cone de cor preta com um saco plástico azul em sua volta interna. Eu digo: Um cesto de lixo, vou jogar o papel. Um cone preto com um saco azul por dentro não é um cesto de lixo, eu disse que ele era e, daí, ele passa a sê-lo. Se outra pessoa diz que é um porta guarda-chuvas, ele passará a sê-lo. As duas versões são plausíveis, pois pode servir para pôr lixo ou para armazenar guarda-chuva. O referente natural é um cone de cor preta com um saco de plástico azul na parte interna. Posso torná-lo referência no meu discurso, ao dizer que é um cesto de lixo ou um porta guarda-chuva. No discurso não se encontra o referente natural, mas uma construção referencial, ou seja, o que o referente vale para o sujeito do discurso no momento de enunciá-lo.

O referente é extra discursivo, extratextual e extralinguístico, a enunciação dele no discurso é que o transforma em uma referenciação discursiva, em uma referenciação textual e em uma referenciação linguística, ou seja, o referente não faz parte do sentido discursivo, da significação textual e do significado linguístico. As referências são constituídas pela percepção-cognição do sujeito do discurso, portanto, não são as coisas em si mesmas, mas as coisas como são possíveis de serem conhecidas e entendidas pelo sujeito, como objetos mentais e unidades culturais, e, nesse sentido, não são referentes e sim referências do e no discurso, que se estende para o domínio textual, que é o tecido linguístico do discurso. (Blikstein 1973; Hoyos-Andrade, 1985)

Pelo discurso policial é fácil entender como isso se dá. Um determinado indivíduo, um referente natural, pode ser designado por meliante ou bandido; por presunto ou cadáver; por indiciado ou responsável; por 121 ou homicida; por psico ou usuário de drogas; por 13 ou doido. O

indivíduo passa a existir e a ser tratado pela forma como é designado. Essas são as construções referenciais na linguagem policial. O discurso é constituído a partir das construções referenciais estabelecidas pelo sujeito que o elabora. Retomando, o discurso não tem referente e sim referência, ou construção referencial.

A construção referencial se estabelece e progride por meio da referenciação, ou seja, pelos recursos utilizados pelo sujeito do discurso para fazer as representações da referência em seu discurso. Esses recursos são sempre designativos, isto é, como o sujeito designa a referência em seu discurso. As designações podem ser nominais ou verbais. São nominais quando se designa a referência recortada em um só tempo: chuva = momento em que água cai das nuvens. São verbais quando a referência é recortada em dois ou mais tempos: chove = não chovia antes, mas agora chove, choveu = chovia antes, mas agora não chove mais; choverá = não chove agora, mas vai chover depois.

A designação da referência por meio da categoria do nome ou da categoria do verbo depende do tratamento (modo de discorrer sobre o assunto) e/ou da abordagem (ponto de vista sobre um assunto) que o sujeito está adotando em seu discurso. Falar sobre as condições meteorológicas e a quantidade de chuva que vai cair, ou caiu, é simplesmente um modo de discorrer sobre o assunto, um tratamento climático do assunto. Agora, falar que as tragédias provocadas pelas fortes chuvas decorrem do descaso governamental, já é emitir um ponto de vista, é uma abordagem, tanto que as autoridades implicadas vão a público se defender. Se o tratamento é sobre os efeitos da chuva, as enchentes, os transtornos que ela provocou, a designação será nominal para chuva e verbal para as consequências, que indicarão o processo desencadeado. Se a abordagem é sobre o descaso da administração pública em relação às consequências das chuvas e das enchentes, tanto o descaso quanto as consequências terão designação verbal, são processos.

Quando o assunto tem um tratamento discursivo, geralmente, o texto que o manifesta é expositivo; quando tem uma abordagem, o texto que o manifesta é argumentativo. O texto é expositivo quando o assunto tratado por ele é consensual, isto é, todos estão de acordo, aí não há necessidade de se levantar argumento pró, argumento contra, bastam explicações sobre o tratamento dado por meio de afirmações,

constatações, descrições ou relatos. O texto é argumentativo quando o assunto abordado por ele é polêmico, gera discussões, discórdias, protesto, daí sim precisa de um levantamento cuidadoso de argumentos prós, argumentos contra, para se defender o ponto de vista adotado. Portanto, os textos são, em sua essência, expositivos ou argumentativos.

A mulher, desde o Gênesis, sempre foi uma figura fascinante e polêmica. São vários os enfoques discursivos sobre a mulher, ora consensuais ora polêmicos. Um tratamento consensual sobre a mulher é encontrado em um texto do tipo: Ao se referir ao ser humano do sexo feminino, podem-se usar os termos menina, moça e mulher: menina, da fase do nascimento até a mudança biológica provocada pela menstruação; moça, da passagem para a adolescência até a primeira experiência sexual, a partir do que, culturalmente, passa a ser designada por mulher, o que, no entanto, pode também decorrer de critérios biológicos e/ou socioeconômicos. O texto não é polêmico, apenas expõe as três fases da vida de um ser humano do sexo feminino, é expositivo, e explica o porquê da designação em cada fase.

O texto que segue, ao contrário, apresenta uma abordagem polêmica sobre a mulher, por isso arrola argumentos: A partir da década de 1970, sedimentou-se um movimento iniciado no final do século XIX, conhecido como movimento feminista que trazia, no bojo de suas reivindicações, a contestação do uso da palavra menina associada a uma função socioeconômica que a mulher desempenhava: menina de escritório, menina da cobrança, menina do caixa; levantando a alegação de que agregava um valor pejorativo ao trabalho da mulher, pois classificava-o como menos significativo e menos valorizado do que o do homem, em quem ela deveria se espelhar para obter melhores resultados profissionais. Os argumentos indicam os motivos da contestação.

REFERENCIAÇÃO E GENERICIDADE

Ser expositivo ou ser argumentativo não constitui gênero do discurso. Os diferentes gêneros do domínio discursivo de uma esfera de atividade humana apresentam formas diversas de referenciação, em decorrência do tratamento e/ou da abordagem que dão ao assunto enfocado, predominando, aí, as designações nominais ou as verbais.

No discurso jornalístico, na notícia prevalece a designação verbal, pois narra um fato; no editorial, a designação nominal, pois elabora avaliações. No discurso médico, na descrição dos sintomas de uma doença predomina a designação verbal, pois descreve o processo; na prescrição dos remédios também, pois indica os procedimentos que o paciente deve ter durante o tratamento; já a bula de remédio, além de indicar o processo dos procedimentos para uma medicação correta, faz a descrição da composição química do medicamento, têm-se, respectivamente, designações verbais e nominais.

Os gêneros se desenvolvem em torno de um conteúdo temático, um tema, que pode ser um acontecimento social, político, econômico, esportivo. Um tema social pode ser tratado e/ou abordado por meio de um domínio discursivo jornalístico, jurídico, filosófico, acadêmico, sanitário. Disso resultaria, respectivamente, crônica, processo, teoria, tese, medidas preventivas. Pela maneira como o assunto é examinado, tem-se um gênero jornalístico crônica, um gênero jurídico processo, um gênero filosófico teoria, um gênero acadêmico tese, um gênero sanitário medida preventiva.

Cada gênero tem uma construção composicional própria. A crônica é um texto que narra um fato cotidiano, o que poderia confundi-la com a notícia, só que, a sequenciação cronológica das etapas do ocorrido é intermediada por considerações subjetivas do autor – críticas, humorísticas, poéticas – o que não ocorre na notícia. O processo tem, grosso modo, uma estruturação que contém uma petição inicial, que desencadeia a ação jurídica por meio de uma acusação; uma contestação, que é um ato de defesa do acusado; uma sentença do juiz que condena ou absolve o réu. Uma teoria apresenta o objeto de estudo, sua contemplação, especulação sobre ele, análise dele, demonstração dos resultados da análise e conceituação. Uma tese se organiza por ter um tema de estudo, uma proposta metodológica para explorar a análise do tema, apoio teórico, objeto de estudo, categorias de análise, resultados da análise, conclusão e referências bibliográficas. Uma medida preventiva expõe uma doença, suas causas, seus sintomas, a prevenção e o tratamento.

Para a identificação de um gênero é preciso analisá-lo quanto ao conteúdo temático e à construção composicional. Crônica, processo, teoria, tese e medidas preventivas serão assim reconhecidos pela cons-

trução composicional que lhe dão expansão. A expansão de um discurso se dá por meio de um recurso textual, ou seja, a expansão textual do discurso se dá por meio de sua construção composicional que é culturalmente estabelecida. As formas de organização dos gêneros citados acima decorrem de peculiaridades histórico-culturais do Ocidente. O registro cronológico de fatos, a crônica, vem da Grécia e recebe esse nome por causa de Cronos, deus do tempo. A organização do processo tem suas bases na normatização do Direito Romano. Os princípios de sistematização metodológica de um estudo vêm de Descarte.

TEXTO

O discurso tem uma construção referencial, da qual decorre o conteúdo temático do gênero que, por sua vez, tem uma construção composicional que se expande no e pelo texto. A construção composicional, de forma canônica, manifesta-se por meio de uma tipologia textual. O texto é a ocorrência linguística do discurso. Essa ocorrência linguística registra a seleção de recursos lexicais e gramaticais da língua feita pelo sujeito do discurso no momento de enunciar o gênero. O texto manifesta o estilo verbal de cada enunciador no momento de atualizar um enunciado de relativa estabilidade. Esse é o momento da textualização que ocorre por meio de reiterações léxico-gramaticais, é essa recursividade, processo de repetição, que garante a unidade textual e que é designada por coesão textual. (Halliday & Hasan, 1976)

TIPOLOGIA TEXTUAL

O texto tem uma organização estrutural que lhe dá uma configuração possível de classificação. A organização estrutural decorre de uma expressão cultural de formas de produção, chamada superestrutura (Sayeg-Siqueira, 1990). Quando textual, a superestrutura descreve tipologias, aqui, consideradas a narrativa, a descritiva e a dissertativa. A narrativa é constituída pela articulação entre as seguintes partes: situação inicial, criação de um conflito, (tentativa de) resolução do conflito, desfecho; que será exemplificada por um poema de Manuel Bandeira (1993). A descritiva é composta pelos itens: apresentação global do referente, seleção de partes a serem caracterizadas, avaliação do todo

a partir da caracterização das partes; exemplificada por um poema de Oswald de Andrade (1990). A dissertativa é produzida pelos segmentos: apresentação do assunto, formulação de uma opinião a respeito dele, sustentação para a opinião formulada, conclusão; exemplificada por um poema de Mário Quintana (2013).

Regra básica de identificação da tipologia, chamada de metarregra, para o texto narrativo é a criação de um conflito, para o descritivo é a seleção de partes do todo e caracterizá-las, para o dissertativo é a formulação de uma opinião sobre um assunto tematizado. São essas as bases que servirão para a análise dos textos que seguem. Foram selecionados, para o estudo das três tipologias, poemas, para manter uma relação análoga.

TROVA

Atirei um limão-doce
Na janela de meu bem:
Quando as mulheres não amam,
Que sono as mulheres têm!
(Manuel Bandeira)

Esse poema tem uma organização superestrutural narrativa, em que uma situação inicial, “Atirei um limão-doce na janela de meu bem”, cria, por um lado, uma expectativa de bem-querença, pelas referências a “doce” e a “meu bem”; e, de outro, de desengano, pela atitude manifesta em “atirei”, que, dentre outras, tem a acepção de alvejar, o que indica a existência de um alvo a ser atingido: a mulher amada. Para alcançar o intento, é preciso perseverança, expressa na locução que expele, do limão, o azedume e o substitui pela doçura, por a meta ser o bem almejado. Só que a expectativa não se confirma, sendo quebrada, e um conflito é criado: a mulher não tem amor. O desfecho aponta uma resolução de fracasso, pois há, por parte da mulher amada, descaso: “Que sono as mulheres têm!”.

AS MENINAS DA GARE

Eram três ou quatro moças bem moças e bem gentis
Com cabelos mui pretos pelas espáduas
E suas vergonhas tão altas e tão saradinhas
Que de nós as muito bem olharmos

Não tínhamos nenhuma vergonha
(Oswald de Andrade)

O poema traz uma organização superestrutural descritiva, com uma apresentação inicial do cenário, “gare”, e de seus integrantes, “meninas”. A referência é feita ao local de desembarque, no caso, a praia em que as caravelas de Pedro Álvares Cabral ancoraram, com a presença de meninas indígenas, que, pelo perfil fisiológico, passam a ser consideradas moças. Esse é o primeiro traço caracterizador, pessoas do sexo com aspecto bem jovem e agradável, “bem moças e bem gentis”; e com os seios pubescentes em formação, “suas vergonhas tão altas e tão saradinhas”. Outra peculiaridade visagista é em relação ao tom e ao corte de cabelo: “cabelos mui pretos pelas espáduas”. A partir dos fragmentos selecionados e caracterizados, vem uma avaliação, são meninas (daí essa designação) inocentes, sem pudor mas sem malícia, puras: “nós as muito bem olharmos/Não tínhamos nenhuma vergonha”. Cabe destacar os significados de “vergonha”, no início, *partes pudendas*; no fim, *sem malícia*.

RELÓGIO

O mais feroz dos animais domésticos
é o relógio de parede:
conheço um que já devorou
três gerações da minha família.
(Mário Quintana)

Nesse poema, encontra-se uma organização superestrutural dissertativa em que, a partir de uma ancoragem inicial: “O mais feroz dos animais domésticos”; uma opinião pessoal é formulada: “é o relógio de parede”. Na sequência, são apresentadas as razões que sustentam o ponto de vista adotado: “conheço um que já devorou/três gerações da minha família”. Os familiares se foram e o relógio permaneceu, marcando o tempo que tudo consome.

COESÃO TEXTUAL

A recursividade garante a unidade textual porque retoma, em cada etapa da expansão composicional do texto, o conteúdo temático. O conteúdo temático pode ser designado por um substantivo ou por um

verbo. Se por um substantivo, a base textual é nominal, o que acontece na maioria dos textos. Se por um verbo, a base textual é verbal, o que não acontece com muita frequência, pois, dificilmente, se fala sobre uma ação. Um texto com base nominal pode ser: A saída foi tranquila, todos estavam calmos e satisfeitos com os resultados da reunião, os dados apresentados corresponderam às expectativas. Mesmo os verbos correspondem mais a uma condição de estado do que de ação. Em compensação, pode-se ter uma situação de saída com outra configuração, o texto com base verbal: Todos se levantaram e começaram a sair; era um empurrando o outro, num corre-corre danado; esbarravam nas cadeiras que caíam uma a uma, pois não viam a hora de alcançar a rua e se livrarem do problema. Os verbos é que marcam a expansão e a dinâmica do texto.

As retomadas constroem os elos coesivos que podem ocorrer, por anáfora, com mais frequência, e, às vezes, por catáfora. Se por anáfora, primeiramente é enunciada a designação (mãe), que é retomada por recursos léxico-gramaticais (ela): Minha mãe sempre fala a mesma coisa, ela é assim = mãe > ela. Se por catáfora, é o contrário, primeiro vem o recurso léxico-gramatical (ela), depois a designação (mãe): Ela é assim! Minha mãe sempre fala a mesma coisa = ela > mãe.

Os recursos lexicais podem se dar por sinonímia, antonímia, hiperonímia, hiponímia, holonímia, meronímia, antonomásia, designação genérica e elipse. Sinônimo é uma palavra que corresponde à outra pela aproximação significativa: casa e moradia (nenhum sinônimo é perfeito). Antônimo é uma palavra com significado contrário à outra: céu e inferno. Hiperônimo e hipônimo dizem respeito à relação continente e conteúdo, respectivamente: mobília (é o que contém todas as peças do mobiliário = hiperônimo) e mesa (está contida no mobiliário = hipônimo). Holônimo e merônimo correspondem à relação todo e parte, respectivamente: mão (é o todo = holônimo) e dedo (é uma das partes da mão = merônimo). Antonomásia é a substituição de um nome por outro nome ou expressão que lembre uma característica: O Clube Atlético Mineiro saiu-se bem no campeonato, o Galo fez uma boa campanha = Clube Atlético Mineiro > Galo; Santos Dumont não inventou só o avião, o Pai da Aviação inventou também o relógio de pulso = Santos Dumont > Pai da Aviação. Designação genérica é a utilização de

uma palavra como sinônima de outra, sem sê-la, nem por aproximação: Esse “negócio” que você escreveu na prova = essa “resposta” que você escreveu; Essa “coisa” que você me deu = esse “presente” que você me deu. Elipse ou elisão ou forma elidida é a omissão de uma palavra subentendida: Este campeonato está mais disputado que o [] anterior = [campeonato].

Os recursos gramaticais ocorrem a partir do emprego de artigo São fitas coloridas, a vermelha representa a paixão, a branca a paz e a verde a esperança = fita(s) > a; pronome: Maria e Joana vieram de ônibus, elas têm medo de avião, embora este seja um meio de transporte mais seguro que aquele = Maria e Joana > elas, avião > este, ônibus > aquele; adjetivo: José quis levar vantagem na corrida, espertalhão, queimou a largada = José > espertalhão; advérbio: Esta é a sua escola neste ano, aqui você vai passar a maior parte do tempo, hoje e nos próximos meses = escola > aqui, neste ano > tempo > agora (próximos meses é expressão adverbial); e expressão adverbial: Hoje eu estabeleci regras, de agora em diante, todos os moradores da casa têm de neste local permanecer até segunda ordem = hoje > de agora em diante, casa > neste local; conjunção: Ele ficou decepcionado porque foi despedido = ficou decepcionado > porque (indica a causa: a causa de ficar decepcionado foi ser despedido); numeral: Pedro e Paulo ficaram de castigo, ambos não fizeram a lição, o primeiro aceitou bem, o segundo ficou chateado = Pedro e Paulo > ambos, Pedro > primeiro, Paulo > segundo; além das retomadas pela concordância, por meio das flexões nominais, de gênero e número: Vieram um menino e duas meninas = um menino / duas meninas, e das verbais, de pessoa e número: A menina bonita chegou / as meninas bonitas chegaram = chegou / chegaram.

COERÊNCIA TEXTUAL

Pela coesão textual faz-se a expansão do texto, garantindo-lhe a unidade em cada etapa de seu desenvolvimento e estabelecendo relações ordenadas na sucessão de palavras, de frases, de períodos, de parágrafos e de seqüências de parágrafos dentro do texto. A ordenação deve seguir uma ordem lógico-semântica, que significa que entre as partes constitutivas do texto, da mais simples à mais complexa, não pode haver

relações contraditórias. A natureza do texto é lógico-semântica, ou seja, cada unidade textual é uma unidade de significação ordenada logicamente com as outras unidades, de tal forma que possibilite a identificação do pressuposto que garante uma condição de verdade e a produção de inferências que constroem os efeitos de sentido. (Charolles, 1988)

A natureza lógico-semântica do texto é que lhe garante a coerência, isto é, um texto é coerente quando não há entre as unidades, da mais simples à mais complexa que o constituem, nenhuma relação de contradição. A coerência é estabelecida conjuntamente a partir de um ponto de vista local e de um global. Do ponto de vista local, a coerência é classificada como proposicional, isto é, toda expressão linguística, com diferentes níveis de complexidade, designa e mantém a referência discursiva no desenvolvimento textual, garantindo sua expansão, sem relações contraditórias em cada fase de relação e de ampliação das etapas enunciativas da referência. Essas etapas enunciativas são os tratamentos, ou as abordagens, dados à referência em sua expansão textual. Cada etapa constitui uma proposição, ou seja, cada etapa se constitui numa retomada das informações dadas para uma complementação, uma expansão. O importante é que entre elas, nesse movimento de ir e vir, não seja criada nenhuma contradição. Se houver contradição, uma proposição coloca em dúvida a condição de verdade da outra.

Uma notícia tem por manchete: Pane no motor = pelas relações estabelecidas entre as unidades linguísticas, trata-se de um veículo de transporte, motorizado, com um problema mecânico. E a notícia continua, com a apresentação da lide: No aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte, na manhã de hoje, uma aeronave abortou a decolagem por problemas em uma das turbinas = tem-se, entre a manchete e a lide, uma meronímia, uma vez que turbina é uma parte de propulsão do motor; a pane é o problema apresentado num veículo de transporte, no caso, um avião (ou aeronave). Entre a manchete e a lide não ocorre relação de contradição, uma proposição válida a outra, ou seja, sustenta sua condição de verdade. E o texto continua: O avião seguiu sua rota normal e chegou ao aeroporto de Congonhas, em São Paulo, na hora prevista para o pouso = uma contradição é estabelecida, pois, se o avião teve uma pane em decorrência de um problema em uma das turbinas, o que levou o piloto a abortar a decolagem, não pode, portanto, ter seguido

viagem normalmente. Esta proposição coloca em xeque a condição de verdade das duas anteriores; ou as duas anteriores é que a colocam em xeque. A coerência local, presente no texto, está comprometida.

Do ponto de vista global, a coerência é classificada como pressuposicional, inferencial e representacional do mundo. A coerência pressuposicional se dá em decorrência do enunciado, posto no texto, gozar de uma condição de verdade; isso acontece por que seu pressuposto, que dá sustentação ao posto, não foi negado ou invalidado: A rainha da Inglaterra tornou-se bisavó = para esse enunciado gozar de uma condição de verdade, antes (pré) a Inglaterra precisa ser uma monarquia; e o é, portanto o pressuposto não é negado, não há contradição entre o posto e o pressuposto. Agora, em: o rei do Brasil é careca = para o enunciado gozar de uma condição de verdade, o Brasil precisa, antes (pré), ser uma monarquia, o que não o é, portanto há uma contradição entre o posto e o pressuposto, uma vez que o pressuposto nega o posto. Se o enunciado fosse: o rei do Brasil é negro = aí seria possível uma condição de verdade se o pressuposto estabelecido for: Pelé, rei do futebol; o que quebraria uma relação contraditória entre o posto e o pressuposto.

A coerência inferencial, ao contrário das duas anteriores, pode gozar de contradições, uma vez que a inferência possibilita ao leitor atribuir sentidos, independente da relação estabelecida ter uma lógica. Nesse caso, não há, propriamente, texto incoerente. No texto: No aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte, na manhã de hoje, uma aeronave abortou a decolagem por problemas em uma das turbinas; o leitor pode deduzir: o piloto deve ser um barbeiro. Em primeiro lugar, a falha noticiada é mecânica e não humana; em segundo, piloto não é barbeiro, pois barbeiro é uma expressão usada, no Brasil, para motorista que dirige mal e desrespeita as regras de trânsito. Como piloto não é motorista, não cabe a ele tal avaliação, mas, para o leitor, essa inferência faz sentido e, assim, ele interpreta a notícia. Portanto, para ele, a inferência feita é possível.

A inferência deriva de uma operação mental por meio da qual o leitor elabora uma proposição com base em uma ou mais proposições identificadas no texto. A proposição inferida pode decorrer de uma informação implícita ou de uma dedução arbitrária do leitor. Em: Maria foi ao médico; pode-se inferir que ela está doente, pois é o que se deduz

do implícito ou pode-se inferir que ela é esposa do médico, o que é totalmente arbitrário, pois não tem como identificar tal informação no texto. Médico está relacionado com doença, tratamento, mas não com casamento. Qualquer informação que o leitor adiciona ao texto é uma inferência que, pela viabilidade de ocorrer em momentos diferentes da leitura, pode ser de muitos tipos, pois, para elaborá-la, o leitor se baseia em dados do texto, resgata elementos do seu conhecimento prévio, apoia-se na situação comunicativa e, com base neles, faz análise, síntese, dedução, analogia, solução de problemas, generalização, complementação e outras operações necessárias para que ele compreenda o texto, dentro de suas possibilidades.

Por meio da inferência, o leitor constrói proposições novas a partir de informações que ele encontrou no texto, e ela pode ser classificada em imediata ou mediata. Do primeiro tipo, é a inferência extraída de uma só proposição: Maria foi ao médico = médico > doença. Do segundo tipo, consiste numa conclusão obtida a partir de duas ou mais proposições: O avião teve problema na turbina = problema + turbina > pane. A inferência imediata, geralmente, é do tipo elaborativo, ou seja, a inferência não é necessária para estabelecer coerência ao texto, serve simplesmente para explicitar ou enriquecer alguma informação textual: Pedro ganhou uma medalha = Pedro é um atleta ou Pedro participou de uma competição. Já a inferência mediata é do tipo conectivo, aquela feita para estabelecer coerência entre diferentes partes do texto: Pedro ganhou uma medalha, ele sempre foi bem em matemática = ganhar medalha + matemática > competição entre estudantes sobre um determinado conteúdo; se essa inferência não for feita, não será estabelecida relação entre as duas proposições (medalha e matemática), comprometendo a coerência do texto.

A coerência representacional do mundo é decorrente da representação que o leitor consegue fazer do mundo, em referência, que o texto manifesta. A partir do texto: Pane no motor / No aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte, na manhã de hoje, uma aeronave abortou a decolagem por problemas em uma das turbinas; o leitor infere: Uma mulher em pânico deu entrada no hospital da Pampulha, em Belo Horizonte, com risco de aborto, esperando vaga para ser transferida para o hospital da aeronáutica de Lagoa Santa. Avalia-se, a partir dessa

inferência, que o leitor desconhece os termos pane, aeronave, abortar decolagem. Assim, relaciona pane a pânico, é a palavra mais próxima que conhece e que consegue entender; aeronave não relaciona com avião e sim com aeronáutica, o que é reforçado por aeroporto, pois têm a mesma partícula: aero; aborto restringe à interrupção, espontânea ou provocada, da gravidez, sem conseguir alcançar um significado mais geral de interrupção de qualquer processo que se inicia; o que se pode relacionar a aborto de gravidez no hospital existente na Pampulha; e, a hospital da aeronáutica, o de Lagoa Santa. Pronto, o entendimento foi estabelecido. Aqui entende-se bem a acepção de que a inferência decorre das informações que o leitor adiciona ao texto, a partir de seus conhecimentos prévios. No caso, pela recuperação dos conhecimentos armazenados, o leitor constrói informações que o ajudam a entender o texto, mesmo que por vias tortas mas que para ele é coerente.

CONCLUSÃO

Ensinar a produzir texto é uma tarefa prazerosa e recompensadora. Para tanto, convém não subestimar a potencialidade de aprendizagem do aluno. É um processo paulatino, moroso, que se inicia na educação infantil e termina nos cursos de pós-graduação, por que, de verdade, nunca se deixa de aprender. São 14 anos que o aluno frequenta a escola, numa média de 5 a 6 horas diárias. É uma vida! Portanto, não é preciso querer ensinar tudo em uma semana, nessa ansiedade louca.

Aos poucos, vai-se construindo a consciência, no aluno, de que ele é um ser de linguagem que se insere em atividades sociais de interação, utilizando-se da(s) linguagem(ns) que domina. Por se inserir em atividades sociais, ele é um sujeito social e, por utilizar a linguagem como instrumento em suas práticas sociais, passa a instituí-la como discurso, tornando-se um sujeito de discurso que é capaz de produzir e de ler textos. Lembrando: têm-se 14 anos para fazer isso!

REFERÊNCIAS

- ANDADRE, Oswald. Obras completas/Pau Brasil, São Paulo, Globo, 1990.
- BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

- BANDEIRA, Manuel. Estrela da vida inteira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BLIKSTEIN, I.—Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade. São Paulo, Cultrix-Edusp, 1973.
- CHAROLLES, M. Introdução aos problemas da coerência dos textos. In Galves et al (org.) O texto: leitura e escrita. Campinas: Pontes, 1988.
- COOK, A. E.; LIMBER, J. E.; O'BRIEN, E. J. Situation-based context and the availability of predictive inferences. *Journal of Memory and Language*, n. 44, p. 220-234, 2001.
- FAIRCLOUGH, N. Discurso e mudança social. Brasília: UnB, 2001.
- HALLIDAY, M.; HASAN, R. Cohesion in English. London: Longman, 1976.
- HOYOS-ANDRADE, R. Resenhas. *Revista Alfa*, São Paulo, 29, 1985, p. 131-139.
- QUINTANA, Mário. Caderno H. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.
- SAYEG-SIQUEIRA, João Hilton. O texto: movimentos de leitura, táticas de produção, critérios de correção. São Paulo: Selinunte, 1990.

ESTUDO DE ORALIDADE

Dieli Vesaro Palma
João Hilton Sayeg-Siqueira

INTRODUÇÃO

O texto se manifesta por meio de um registro oral ou de um escrito. O código oral é diferente do escrito, este se manifesta por uma matéria gráfica e aquele, por uma matéria fônica. O que não se pode estereotipar, pela espontaneidade da apreensão, é que o texto oral sempre goza de um meio de produção informal e que o texto escrito, por ser adquirido institucionalmente, de um meio de produção formal. Isso é fato, mas, o falante, a partir do domínio consciente das potencialidades pragmáticas da língua, investe o texto oral de uma modalidade formal, e o texto escrito, de uma informal. É, segundo Marcuschi (2010), o domínio obtido da concepção discursiva contínua e variável.

A oralidade precisa ser examinada nos processos de comunicação para se ter a dimensão de suas potencialidades, não só do grau de informalidade ou de formalidade mas também, das marcas sociais de interação, de polidez, de cortesia. Nessa perspectiva, este capítulo, além da introdução e da conclusão, apresenta a seguinte estrutura: Produção Textual, Texto Oral, Interação, Polidez e Exemplificação; não deixando de destacar o ensino da oralidade como ponto imprescindível para uma abordagem de cunho educacional, como o da área em pauta.

PRODUÇÃO TEXTUAL

A produção de um texto, na modalidade oral ou escrita, obedece a fatores como “contexto e propósito do evento discursivo, natureza da atividade comunicativa apropriada ao evento discursivo, conhecimento partilhado entre participantes e nível de conhecimento linguístico” (Fávero; Andrade; Aquino, 1999, p. 71). Assim, as condições determinativas de produção de um texto na modalidade oral serão realizadas como um evento comunicativo em que estão implicadas:

interação face a face; o planejamento simultâneo ou quase simultâneo quanto à produção; criação coletiva, administrada passo a passo; a impossibilidade de apagamento; não condição de consulta a outros textos; reformulação pode ser promovida tanto pelo falante como pelo interlocutor; acesso imediato às reações do interlocutor; falante pode processar o texto, redirecionando-o a partir das reações do interlocutor. (Fávero; Andrade; Aquino, 1999, p. 74)

Nessa perspectiva, a produção de um texto oral não se restringe a parâmetros estruturais e formais, mas, e principalmente, a aspectos discursivo-textuais, como: a organização da fala em turnos, o tempo e a situação, o papel de cada participante na fala e a formalidade ou informalidade do evento comunicativo, em razão dos participantes e do canal utilizado. Desse modo, para uma análise adequada de um texto oral

é preciso identificar os componentes que fazem parte da situação comunicativa, suas características pessoais (personalidade, interesses, crenças, modos e emoções) e de seu grupo social (classe social, grupo étnico, sexo, idade, ocupação, educação, entre outros), pois eles favorecem a interpretação dos papéis dos interlocutores (falante-ouvinte-audiência (facultativa)/escritor-leitor) num evento particular, determinado, dados os componentes linguísticos desse texto. (Fávero; Andrade; Aquino, 1999, p. 71-72)

Nessa esteira, a elaboração de um texto não se restringe ao planejamento dele, mas como realizá-lo a partir da configuração de uma situação comunicativa real, para favorecer seu entendimento. As estratégias usadas pelo falante são: hesitação, repetição, paráfrase e correção. A hesitação (como pausas, truncamentos, alongamentos de vogais e consoantes) decorre de especulação e de indecisão, por parte do falante, a respeito da continuidade de sua fala, por, em processo, estar procurando e selecionando palavras apropriadas e estruturas sintático-semânticas mais precisas para a exposição do intento interacional. Esse cuidado tem a ver com a adequada manutenção do tópico discursivo por meio de repetições, ou seja, de recursos coesivos sequenciais. As repetições ocorrem para ratificações e retificações; as primeiras são feitas por meio de paráfrases que explicitam e/ou explicam o que foi dito; as segundas se dão por correções que reformulam termos anteriores.

As autoras referenciadas arrolam três tipos de correção: “autocorreção autoiniciada”, “autocorreção heteroiniciada” e “heterocorreção autoiniciada”. (p. 250). A autocorreção autoiniciada é processada pelo próprio falante e pode ocorrer no mesmo turno de fala, na mesma frase, ou em turno diferente, em frase diferente. A autocorreção heteroiniciada ocorre quando o interlocutor nega a informação do locutor, corrigindo-a posteriormente. Na heterocorreção autoiniciada, o falante inicia a correção, mas ela é consumada por seu interlocutor.

A partir dessas considerações, entendem-se as observações das autoras de que “a produção de um texto falado corresponde a uma atividade social que requer a coordenação de esforços de pelo menos dois indivíduos que têm algum objetivo comum.” (p. 21), pois “visam sempre à intercompreensão” (p. 55), dada pelas “relações entre os participantes, a observação do papel social (poder, status), das relações pessoais (preferências, respeito) e a extensão do conhecimento partilhado.” (p. 72). O texto, por ser um instrumento de interação, sofre coerções das diversas práticas sociais, espontâneas ou convencionadas, em que é produzido.

TEXTO ORAL

Fávero, Andrade e Aquino (1999, p. 16) apresentam a produção do texto oral com base na estrutura conversacional, destacando as seguintes variáveis: “tópico ou assunto”, “tipo de situação”, “papel dos interlocutores”, “modo e meio do discurso” e “canal da comunicação”. Tópico ou assunto diz respeito à manutenção da conversa. Tipo de situação abrange atividades verbais e não verbais e, por isso, relações entre explícito e implícito. Papéis dos participantes revelam como deve ser a ação interacional em cada situação, determinante para o tipo de linguagem a ser usada. Modo do discurso determina o grau maior ou menor de formalidade. Canal de comunicação oferece uma variedade, como conversa face a face, por telefone, via internet, entre outros.

Por a conversação ser um evento comunicativo, segundo as autoras (p. 18), o texto oral se contamina de suas peculiaridades e se constitui pelos seguintes elementos:

- a) situação discursiva: formal, informal;

- b) evento de fala: casual, espontâneo, profissional, institucional;
- c) tema do evento: casual ou prévio;
- d) objetivo do evento: nenhum, prévio;
- e) grau de preparo necessário para a efetivação do evento: nenhum, pouco ou muito;
- f) participantes: idade, sexo, posição social, formação, profissão, crenças etc.;
- g) relação entre participantes: amigos, conhecidos, inimigos, desconhecidos, parentes;
- h) canal utilizado para a realização do evento: face a face, telefone, via internet

Essas peculiaridades se aglutinam em quatro elementos básicos: tópico discursivo, turno, par adjacente e marcador conversacional. Tópico, como já foi dito, é o assunto de que se fala, sendo identificado pelos participantes, por organizar e orientar a interação, o que possibilita o entendimento dos cortes, das digressões e das retomadas do tema. Turno diz respeito à vez de fala, o que caracteriza a conversa como uma troca de turnos informativos ou de monitoramento colaborativo, como: han han, sei, certo. Na relação entre tópico e turno está o par adjacente, relação entre um turno de proposta e outro, subsequente, de pressuposta resposta.

Marcador conversacional “serve para designar não só elementos verbais, mas também prosódicos e não linguísticos que desempenham uma função interacional qualquer na fala” (Fávero; Andrade; Aquino, 1999, p. 44). Os recursos prosódicos, como as pausas, os alongamentos e o tom de voz, são de natureza linguística, mas não apresentam caráter verbal. Os marcadores não-linguísticos ou para linguísticos são parâmetros que indicam o grau de aprovação do dito no ato interacional, por isso, exercem função importante na interação face a face. Logo, o texto conversacional é uma “criação coletiva e se produz não só interacionalmente, mas também de forma organizada” (Fávero, 1999, p. 21).

Segundo Marcuschi (1986, p. 15)), a organização elementar da conversação apresenta cinco características básicas constitutivas, a saber:

- (a) interação entre pelo menos dois falantes;
- (b) ocorrência de pelo menos uma troca de falantes;

- (c) presença de uma sequência de ações coordenadas;
- (d) execução numa identidade temporal
- (e) envolvimento numa “interação centrada”.

Considera Marcuschi, fundamentado em Dittmann (1979, p. 2-11), que essas características possibilitam caracterizar a conversação como interação centrada, cujo desenvolvimento ocorre no espaço temporal em que dois ou mais interlocutores voltam sua atenção visual e cognitiva para uma tarefa comum. Essa interação ocorre face a face e recebe o nome de centrada por diferenciar-se, por exemplo, de uma conversa telefônica. Outros elementos concorrem para a estrutura conversacional, mas um deles, a situação, caracteriza-se por ser um encontro face a face, logo uma interação centrada, que,

... embora o assunto pareça ser comum e em alguns casos até superficial, os participantes precisam estar atentos às atividades verbais e não-verbais, pois não somente o que está sendo falado, mas a situação em que se fala pode afetar a situação. (Fávero; Andrade; Aquino, 1999, p. 17)

INTERAÇÃO

Vê-se, assim, que a interação face a face desempenha uma função fundamental na conversação. Fávero, Andrade e Aquino (1998) apresentam, detalhadamente, a interação, destacando que a comunicação interpessoal se constrói entre indivíduos, sendo, portanto, uma relação dialógica, na qual os interlocutores, continuamente, adaptam o diálogo às necessidades do outro. Portanto,

a interação caracteriza-se por situar-se em contexto em cujo âmbito se estabelece um campo de ação comum no qual os sujeitos envolvidos podem entrar em contato entre si (Fávero; Andrade; Aquino, 1998, p. 3).

Por essa razão, é fundamental a capacidade de ação dos indivíduos de se tornarem aptos a influir no desenvolvimento da interação, caracterizando-se por sua atuação, ou seja, “cada ação de um sujeito deve constituir a premissa das ações realizadas posteriormente pelos demais”, posto que a interação resulta de uma série de regras que podem introduzir mudanças no contexto, que se configuram como “um processo circular

em que as ações de cada participante determinam um retorno por parte do outro ou dos outros sujeitos implicados. É uma espécie de retroação sobre o indivíduo que a realizou.” (Fávero; Andrade; Aquino, 1998, p. 3).

A interação pode ser caracterizada pelos ensinamentos de Kerbrat-Orecchioni (1984) e de Goffman (1967). A primeira observa que o discurso deve ser considerado como um processo interativo, constituído por acordos que se firmam por meio de negociações, que podem ter como objeto ou a forma ou o conteúdo da interação. Podem ainda ter como objeto as opiniões dos participantes, baseadas em processos argumentativos, cujo objetivo é a mudança do sistema de conhecimento e crenças dos participantes. Para o segundo, a negociação se origina de um conflito ou de uma divergência e, por meio de uma discussão, pode-se chegar a um acordo; o conflito inicial propicia uma iniciativa por parte do locutor, possibilitando ao interlocutor uma reação favorável ou desfavorável.

Pelo exposto, a interação é um processo circular de retroação sobre o indivíduo que realizou a ação. Ela caracteriza-se por situar-se em um contexto, em que se estabelece um campo de ação comum, no qual os participantes podem entrar em contato entre si, estando aptos a atuar no desenvolvimento da interação. Assim, o discurso é um processo interativo, estabelecido por meio de acordos resultantes de negociações, que podem ter como objeto a forma ou o conteúdo da interação, como também opiniões dos participantes, resultantes de processos argumentativos, visando à alteração do sistema de conhecimento e das crenças dos participantes.

Como a interação se constrói por meio de ações que podem ser cordiais ou agressivas, nos estudos sobre a oralidade o conceito de polidez ou cortesia verbal ganhou relevância, nas relações construídas pelo viés da troca verbal entre os participantes, diferentemente do que ocorre nas relações estabelecidas entre os diferentes constituintes do texto conversacional, como demonstra Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 62).

CORTESIA VERBAL

A abordagem da cortesia, na maioria dos estudos, vem relacionada com polidez e, às vezes, são tratadas como sinônimos. Em estudos desenvolvidos por Fávero (2008) e por Fávero et al (1998), são encontrados os

dois termos, sem uma diferenciação muito específica. A polidez cumpre um objetivo conversacional, uma vez que o locutor atua de algum modo sobre o interlocutor, relevando, para tanto, fatores sociais, como idade, sexo, grau de conhecimento prévio e posição social, consideradas como variáveis que estabelecem o grau de aproximação ou de distanciamento entre os participantes da conversação. Nesse sentido, a polidez pode ser considerada tanto uma norma social como uma estratégia discursiva.

Fávero, Andrade e Aquino, (1998, p. 6) afirmam que “conhecer regras sociais implica saber agir de acordo com os padrões que regem a polidez e distinguir quando ela está sendo utilizada ou não”; e conceituam a polidez como

um conjunto de normas sociais que cada comunidade estabelece para regular o comportamento adequado de seus membros, ajustando atitudes às normas. As formas de polidez estão vinculadas não só a determinada cultura, mas também à língua dessa sociedade. Nesse sentido, pode-se ressaltar, por exemplo, que o uso das formas de tratamento corresponde à expressão linguística reconhecida socialmente; porém, a necessidade de seu emprego dentro de determinada língua depende, não do sistema linguístico, mas da organização social. Embora grande parte da polidez entendida como norma social tenha evidentes repercussões na escolha de certas unidades linguísticas, os estudos pragmáticos voltam-se para a possibilidade de se conceber a polidez como estratégia discursiva. (Fávero; Andrade; Aquino, 1998, p. 6).

A cortesia, especificada por Fávero (2008) como “cortesia verbal”, é definida como um conjunto de normas sociais, estabelecidas por cada comunidade, visando a reger o comportamento de seus membros, adequando as atitudes às normas. Porém afirma Fávero, com base em Escandell-Vidal (1996, p.63), que a cortesia “tem sido tratada sob múltiplas perspectivas desde a tradicional, exposta acima, até como estratégia discursiva de valorização da imagem do outro, usada para evitar ou reduzir o conflito (isto é, com o objetivo de salvar a face dos interlocutores).” (Fávero, 2008, p. 305). Por subsídio, a autora aborda o trabalho de Brown e Levinson (1987), afirmando que o ponto de partida desses estudiosos foi a retomada da noção de “imagem social”, com destaque pra a imagem *face-want*, o desejo de preservar a face é universal

em si mesmo, ocorrendo, porém, nas diferentes culturas, variações, que são “traços particulares que constituem a imagem pública desejada” (Fávero, 2008, p.308).

Com base em Brown e Levinson (1987), pode-se considerar que as denominações *face* e *território* são renomeadas como *face positiva* e *face negativa*, envolvidas na estratégia interacional. A primeira expressa “o desejo de ser aceito pelos outros e de que estes compartilhem os mesmos desejos” (Fávero, 2008, p. 308) e a segunda exprime o desejo de liberdade de ação e o domínio do conjunto dos territórios do eu” (Fávero, 2008, p. 308). As diferentes situações interacionais geram conflitos capazes de pôr em perigo a imagem pública dos interlocutores e, por essa razão, eles são denominados por Brown e Levinson (1987) de *face threatening acts (FTA)* (tradução brasileira “Atos que ameaçam as faces”) Em outras palavras, esses atos ameaçam a imagem pública dos interlocutores.

Diante dessa situação, o locutor busca suavizar essa ameaça com a cortesia, segundo Fávero (2008, p.308), recurso como “um meio de conciliar essa ameaça com o desejo místico de preservação das faces”. Assim, para enfrentar essa situação, o locutor busca selecionar alguma estratégia de conduta, que, segundo Brown e Levinson (1987), depende de três fatores: a) relação de poder entre os interlocutores; b) distância social entre eles e c) normas de conduta impostas por determinada cultura.

Fávero (2008, p. 308-9) arrola as possibilidades de realizar uma ação ameaçadora. São elas:

- direta e aberta

Feche a porta.

O falante mostra abertamente o desejo de transmitir sua intenção e não pretende neutralizar um dano potencial.

- aberta e indireta, com cortesia positiva

Pode fechar a porta?

O enunciado é formulado por meio de uma pergunta e mostra que o falante deseja as mesmas coisas que o ouvinte; aponta para a face positiva do ouvinte.

- indireta e com cortesia negativa

Você não se importa de fechar a porta, por favor?

Além de formulada por uma pergunta, há um elemento de negação, uma expressão de gentileza e o verbo está

no futuro do pretérito de polidez. Procura satisfazer a face negativa do ouvinte, seus desejos de manutenção de território e de auto-determinação.

- fechada, de forma encoberta, indireta

A porta está aberta e faz frio.

O falante não deixa evidente a sua verdadeira intenção, não se comprometendo com a interpretação feita pelo ouvinte.

- evitando a ameaça à imagem pública

O falante evita ofender seu interlocutor, não se evidenciando marca linguística de interesse; por essa razão é ignorada pelos autores.

Fávero (2008, p. 309-11) encerra a exposição sobre as ideias de Brown e Levinson, citando quinze estratégias de cortesia positiva, dez de negativa e quinze de indiretividade (*off record*). A título de exemplificação, é citada uma estratégia de cada grupo.

Cortesia positiva

- perceba o outro e mostre-se interessado pelas necessidades e desejo dele.

Cortesia negativa

- ofereça compensações, aja como se estivesse assumindo o débito.

Indiretividade (*off record*)

- faça alusões, dê pistas.

Kerbrat-Orecchioni (2006) propõe, ao lado dos atos *FTA*, atos ameaçadores, os atos *Face Flattering (FEA)*, atos lisonjeadores, que valorizam as faces. Essa proposta fundamenta-se em três noções essenciais:

- face negativa x face positiva

- *FTA* x *FEA*

- cortesia negativa x cortesia positiva

Segundo a autora, o ato pode ser um *FTA*, um *FEA* ou um ato misto, ou seja, uma fusão dos dois atos anteriores. FÁVERO (2008, p. 313) propõe o seguinte exemplo para explicar a mesclagem: uma adolescente A telefona para o amigo B no meio da manhã e pergunta: - **Não te acordei, cara?** Essa pergunta tanto pode expressar delicadeza, como pode deixar implícito que B costuma dormir até altas horas da manhã.

Em suma, para Fávero (2008, p. 321), a cortesia regula a conduta situada entre a “distância social e a intenção do locutor, possibilitando a manutenção do equilíbrio social entre as partes. Neste sentido, os mecanismos empregados são estratégias dirigidas a amenizar ou evitar as tensões na interação social.”.

APLICAÇÃO PRÁTICA

As peculiaridades do texto oral, levantadas na abordagem teórica, servem de base para a análise da anedota que segue. Foi selecionada anedota por ser um texto em que se evidenciam características da oralidade, pela espontaneidade de fala utilizada, em da simulação o mais próximo possível de uma situação real, por uma representação fictícia. Assim, as categorias analíticas, a serem consideradas, são: propósito e contexto do evento discursivo, tema do evento, objetivo do evento, grau de preparo para a efetivação do evento, tempo, situação, papel de cada participante, relação entre os participantes, evento da fala, organização da fala em turnos, par adjacente, correção, marcador conversacional e forma utilizada para realização do evento.

TEXTO

Em uma aula sobre ortografia, a professora, testando o entendimento dos alunos, pergunta ao Pedrinho:

- Pedrinho, cite três partes do corpo humano que comecem com a letra z.
- Os zoio, os zovido, as zoreia e as zunha tamém, fessora.
- Que resposta horrível, Pedrinho. Só por isso vai receber uma nota que também começa com a letra z.
- Hummm, uns zoito?

ANÁLISE

Não é o intento desta análise, mas vale destacar alguns aspectos do texto escrito, dada a ocorrência encontrada na introdução contextualizadora da situação formal de uma sala de aula, com tom profissional (preparação didático-pedagógica), institucional (planejamento de

ensino) e tópico discursivo prévio, o que demonstra que o evento tem um objetivo preliminar. Uma peculiaridade evidente é a organização sintática, com frase anteposta, “Em uma aula sobre ortografia,”; e frase interferente, “testando o entendimento dos alunos,”. A ordem direta, com a adaptação ao texto oral, em que tem maior ocorrência, seria: A professora pergunta ao Pedrinho, numa aula de ortografia, para testar o que ele entendeu.

Quanto à oralidade, organizada em turnos, há uma interação face a face, ou seja, centrada, pois os integrantes do evento comunicativo, “professora” e “Pedrinho”, se encontram no mesmo ambiente e ao mesmo tempo. Há um chamamento do interlocutor, mediante o vocativo: “Pedrinho”; configurador de um par adjacente, uma vez que há um chamamento, seguido de uma provocação que depreende uma reação responsiva: “cite três partes do corpo humano que comecem com a letra z.”. “Cite” é uma palavra estereotipada do léxico educacional, portanto, um marcador conversacional, Vê-se, assim, que a professora já inicia a interação como um *FTA*, marcado pelo uso do verbo no imperativo. A fala da professora, embora, numa modalidade oral, está num registro formal, quanto à seleção lexical (“cite”) e à estrutura sintática (“que comecem com a letra z”), próprio da especificidade profissional institucionalizada que exerce.

No entanto, por parte do proponente do texto, há um deslize fisiológico, pois, na língua portuguesa, só há duas palavras iniciadas pela letra “z”, relacionadas ao corpo humano, um osso do crânio, chamado zigomático ou zigoma; e a célula resultante da união do gameta masculino ao feminino, em estágio anterior ao da divisão celular, o zigoto. Portanto, há uma distorção no conhecimento da professora para a realização do tópico anedótico do discurso, que fica mais peculiar e estranho, primeiro, por o aluno fazer uma correção, lembrando a professora de uma quarta parte; e, segundo, por existir entre eles uma relação assimétrica. Ainda, em relação a palavra iniciada pela letra “z”, o único número é o zero, desconsiderado pelo aluno, que se atribui “uns zoito”, e, mais uma vez, emenda a professora.

A explicação para as respostas do aluno, em evento de fala espontâneo, tem base fonética, pois, no encadeamento fônico, na oralidade, podem ocorrer ligaduras. Sempre que a letra “s” se encontra intervocálica,

é pronunciada como “z”, daí “os olhos” > *[ozolhos], “os ouvidos” > *[ozouvidos], “as orelhas” > *[azorelhas], “as unhas” > *[azunhas] e “uns oito” > *[ũzoito]. Outra ocorrência que se explica pela fonética é o apagamento, que ocorre pela supressão de parte da palavra, pela atonicidade, no início (aférese), como em “fessora”, no meio (síncope) e no fim (apócope); ou pela fusão sonora (crase), como é o caso, principalmente, do “b”, antecedido pelo “m”. As duas consoantes têm igual produção glótica, são sonoras, e o mesmo ponto de articulação, são bilabiais, sendo assim, as duas se contaminam e se fundem, com prevalência do “m”, por ser mais marcado que o “b”, pois tem caixa acústica laringo-bucal-nasal, enquanto o “b” só tem caixa acústica laringo-bucal. Isso explica a ocorrência textual de “tamém”, na fala de Pedrinho.

Em relação, ainda, a marcadores conversacionais, encontram-se “pergunta”, “resposta” e “Hummm”. No ambiente escolar, como já foi assinalado, “pergunta” e “resposta” são palavras estereotipadas, próprias da interação estabelecida por mudança de turnos, o que nem sempre acontece, pois há casos em que o professor monopoliza a fala. No texto, ocorre o diálogo pela situação de testagem. “Hummm” também é considerado um marcador verbal, não com valor semântico, mas de monitoramento no turno, pois, mesmo sozinho, indicia resposta. O sinal de interrogação dá o tom da voz provocativa do aluno, o que é um marcador prosódico, portanto por um *FTA*.

Quando se olha esse texto do ponto de vista da interação, embora ele seja face a face, verifica-se que a professora já assume de saída uma postura ameaçadora, ou seja, ela realiza um *FTA*, uma vez que usa o verbo no imperativo e que pretende com a afirmação lançada verificar o domínio ou não do conhecimento do aluno sobre o tema ortográfico. Essa postura torna-se mais evidente na resposta da professora: Que resposta horrível, Pedrinho. Só por isso vai receber uma nota que também começa com a letra z. Vê-se, portanto, que a professora, como elemento mais experiente do par, não soube criar uma situação comunicativa que construísse uma troca comunicativa amigável entre professor e aluno deixando exposta tanto a sua face negativa como a do estudante.

Pedrinho, por sua vez, sentindo-se ameaçado também opta por um *FTA* e, como reforço comunicativo, serve-se da ironia e do deboche. Essa estratégia dá ao menino uma vantagem no diálogo, pois é ele quem

encerra a conversa, propondo uma nota acima do que ele merecia, mas ainda baseada na ironia. Sabemos que é uma anedota, mas que representa de forma muito evidente como se dão as relações comunicativas na escola, ou seja, prevalece a incomunicação, pois nenhum dos interlocutores mostrou interesse em preservar a cortesia.

CONCLUSÃO

Para o fechamento deste capítulo, convém abordar o tratamento que a oralidade vem tendo no ensino de língua portuguesa, o que pode ser considerado, focando a cortesia verbal em atividades cotidianas. Sobre essa questão, Fávero e Andrade (2015, p. 125) consideram a possibilidade de se desenvolver atividades contemplativas de gêneros discursivos distintos, que possibilitem observar a língua tanto em registros formais como informais:

O estudo da cortesia verbal apresenta-se como uma alternativa educacional importante na contemporaneidade, visto que – como se viu nesse artigo – a cortesia é universal, mas contém as especificidades culturais de cada grupo social, tornando necessário o seu conhecimento em uma sociedade globalizada, permitindo – assim – que situações de constrangimento e conflito sejam evitadas. Diante dessas observações, é importante que a escola promova um espaço teórico e metodológico para a elaboração e reflexão sobre formas condizentes de promover o convívio, a ética, mediado pelo uso da língua. Para tanto é preciso desenvolver nos alunos a competência interativa, textual, trabalhando a cortesia...

Recomenda-se que o professor deve desenvolver atividades que permitam aos estudantes contato com gêneros formais e coloquiais, com diferentes graus de cortesia, relacionados a diversos fatores sociais, que reflitam a capacidade de se expressar e de interpretar as funções comunicativas e o conhecimento das normas sociais e linguísticas adequadas ao intento. A cortesia deve considerar as interações orais e escritas, formais e informais.

REFERÊNCIAS

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen. (1987). *Politeness: Some universals in language usage*. Cambridge University Press, 1987.

FÁVERO, Leonor; ANDRADE, Maria Lúcia; AQUINO, Zilda. Discurso e Interação: a polidez nas entrevistas, trabalho apresentado no Colóquio Internacional do Português na África, América, Ásia e Europa: balanço crítico e discussão do ponto actual das investigações. Berlim, 23 a 27 de março de 1998. Disponível em <https://www2.ufjf.br/labor/wp-content/uploads/sites/324/2018/06/discurso-e-interacao-a-polidez-nas-entrevistas.pdf>. Consulta em: 11 dez. 2023.

FÁVERO, Leonor; ANDRADE, Maria Lúcia; AQUINO, Zilda. Oralidade e escrita: perspectiva para o ensino de língua materna. São Paulo: Cortez; 1999.

FÁVERO, Leonor. A cortesia nas interações cotidianas. In PRETI, Dino (org.) Cortesia Verbal. São Paulo: Humanitas, 2008, p. 305-322.

FÁVERO, Leonor; ANDRADE, Maria Lúcia. Cortesia verbal e ensino de língua: reflexões sobre competência linguística, jogo interpessoal e normatividade. In: Filologia Linguística Portuguesa, São Paulo, v.17, n.1, p.101-129, jan./jun. 2015.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine, Análise da Conversação – princípios e métodos. São Paulo: Parábola, 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Análise da Conversação. São Paulo: Ática, 1986.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ESTUDO DA POLIDEZ

Luiz Antonio Ferreira
Lilian Ghiuro Passarelli

INTRODUÇÃO

Talvez fiquemos admirados quando, ao abrir o livro de Norbert Elias (1994), chamado “O Processo Civilizador”, encontremos frases como as seguintes, orientativas de civilidade para o homem medieval: “Não escarres por cima ou sobre a mesa.”; “Não escarres na bacia quando estiveres lavando as mãos, mas ao lado dela.” Como se percebe, havia muito o que fazer para tornar mais polidos os nossos antepassados. Os guias de boas maneiras, em 1672, em pleno século XVII, esforçavam-se, ainda, para orientar as pessoas sobre o mesmo hábito de escarrar: “Antigamente... era permitido escarrar no chão na presença de pessoas de categoria, sendo suficiente que se cobrisse o esputo com o pé. Hoje isto é uma indecência” (ELIAS, 1994, p. 159).

Chama a atenção a última frase: “Hoje isto é uma indecência.”, pois é nítida a preocupação em classificar os atos humanos em educados ou incivilizados. De qualquer forma, os costumes determinam e hierarquizam o ser no mundo e as regras de polidez são ainda fundamentais para determinar o que é ou não recomendável fazer quando em convívio social. Há, sim, comportamentos típicos do homem considerado civilizado e eles expõem ou preservam a face, o verniz social que assegura a aceitação ou não do indivíduo em ambientes diversos.

O interessante livro de Elias (1994), originalmente publicado em 1939, na Suíça, é pródigo em exemplos de como os costumes separam os refinados dos grosseiros e emprestam, pela palavra de recomendação, as “boas maneiras”. Hoje, muitas determinações de conduta apregoadas no século XIII, por exemplo, foram plenamente assimiladas e são desnecessárias:

Não é polido beber no prato, embora alguns que aprovam esse grosseiro hábito insolentemente levantem o prato e o sorvam como se fossem loucos; um homem refinado não deve arrotar na colher quando acompanhado. É assim que se comportam pessoas na corte que praticam má conduta.

Algumas recomendações, hoje, podem parecer produto de comichade, como se vê em *Civilité* (1560), de C. Calviac, uma cópia dos bons costumes já escritos por Erasmo (*De civilitate morum puerilium*) em 1530, todos colhidos em Elias (1994): “Tampouco é decoroso que tire da boca alguma coisa que já mastigou e a coloque na tábua de cortar, a menos que seja um pequeno osso do qual já sugou o tutano para passar o tempo, enquanto esperava a sobremesa.”. Pode parecer não menos engraçada a recomendação de La Salle, feita em 1729, em seu livro *Le Règles de la bienséance et de la civilité chrétienne*: “É errado usar o guardanapo para enxugar o rosto, e mais ainda limpar os dentes com ele, e seria uma das mais graves infrações da civilidade usá-lo para se assoar...”.

Este capítulo traz reflexões sobre o exercício de comportar-se discursivamente em sociedade. Parte do princípio de que vivemos em um meio que, por força das instituições (que são criações humanas, reguladoras de princípios, de conduta ética e moral e possuem discurso reconhecidamente autorizado), assumimos papéis sociais e estes, por sua vez, autorizam o dizer desta ou daquela maneira.

A POLIDEZ NA SOCIEDADE

Mais localmente, tratando do assunto, o jornalista paulista Marcelino de Carvalho tornou-se sinônimo de boas maneiras no Brasil, em especial em São Paulo e Rio de Janeiro, justamente por causa de seus livros publicados na década de 1960, que serviram de parâmetro do que era legitimado socialmente como de bom-tom. Comportamentos regidos pelas regras de boa educação daquela época hoje talvez sejam considerados como supérfluos ou descabidos por apresentarem, além de outros estranhamentos para a atualidade, posturas caudatárias de um machismo ímpar. Mais do que regras de bom-tom, os textos de Marcelino de Carvalho pregavam, muitas vezes em tom irônico, um viés hierárquico de classe social – elite – e de gênero – homem. Alegava ele, ao desdenhar de sua própria produção, que “Ninguém precisa ler esses cacetíssimos

manuais de saber viver, que forçam atitudes rijas e incômodas. Um rapaz bem-nascido já traz no sangue dez ou doze gerações dessas regras, que seus antepassados mastigaram, digeriram e assimilaram” (CARVALHO, 1966, p. 70). Marcelino de Carvalho acreditava ser dispensável a leitura dos enfadonhos manuais, pois, atavicamente, seria possível pôr em prática comportamentos “herdados” das gerações anteriores.

Exageros e equívocos à parte, talvez, hoje, aceitemos com naturalidade a recomendação para que não se leve o celular ao banheiro para evitar contaminação e propagação de bactérias nocivas à saúde. Aceitaríamos, também naturalmente, o conselho de Gilberto Sudré, no blog Boas maneiras no uso dos Celulares - Conexão Digital (<https://blogs.gazetaonline.com.br/conexaodigital/322/boas-maneiras-no-uso-dos-celulares/>):

Agora a situação complicada, no restaurante. Evite de colocar o telefone em cima da mesa e caso for absolutamente necessário deixá-lo sobre a mesa, vire a tela para baixo. Não use o smartphone enquanto fala com o garçom ou se houver outras pessoas na mesa. E na hora de pagar a conta pare o que estiver fazendo em seu smartphone e atenda ao funcionário. Além de ser a questão de respeito a outro ser humano, isto também ajuda a reduzir o tempo de atendimento e fará a fila andar mais rápido.

Os tempos mudam e os conselhos também. O conhecimento e a prática de ações consideradas polidas consolidam os papéis sociais que, por se moldarem a uma estrutura social classificatória, requerem um modo característico de comportamento desejável. Há, pois, uma imagem de si que se consolida, nos atos e nos discursos e revelam o *ethos* de um indivíduo. O *ethos* torna-se personagem exponencial na moldura social de qualquer ser que se mostre e fale para o outro. Mostrar o *ethos* é também um modo de exteriorizar resultados advindos de um histórico e profundo esforço interior: o homem precisou experimentar em si o sentimento da existência para construir sua identidade humana. Não havia (como não há) uma consciência “ideal” de si, mas uma constante descoberta, menos ou mais consciente, de “ser” num contexto sensorial (que tem o corpo como uma instância primária, um lugar de imanência) e intelectual (que permite ao homem compreender, conhecer e exteriorizar estados e vertentes de si) para, sempre e cada vez mais, “modelar-se” para bem viver entre os pares.

Sim, o homem possui vocação para a descoberta de si e do outro e, sobretudo, para modificar-se a si mesmo e inculcar no outro uma exigência de mudança de hábitos e de discursos. “Essa tendência ontológica pode explicar o porquê de, um dia, em algum momento do passado, ao conscientizar-se de que, nas relações sociais, o verbo pode ser bem mais importante do que a força física, fez emergir em si o autor de sua própria fala e compreendeu (ato inteligente) o poder e as funções da voz, a tradutora das línguas” (FERREIRA, 2019, p. 10). Onomatopeias, grunhidos, articulações mais sofisticadas, léxico, sintaxe e semântica conformaram-se gradativamente em línguas, em atos de fala que envolviam sensibilidade e racionalidade.

Essa percepção e consciência de fala intuitiva ganhou corpo ao longo do tempo. Ao entender-se como um ator inserido em contextos sociais, históricos, políticos, ideológicos, culturais e cognitivos, fez emergir de si uma outra consciência de fala, mais reflexiva e intencional, que culminou na invenção da retórica, a propriedade humana articuladora de argumentatividade que requer gestos persuasivos e, evidentemente, inteligência verbal e comunicativa. A percepção, entendimento, conhecimento de mundo e prática da linguagem encontram-se, de modo incondicional e indelével, imbricados na *práxis* humana. Do mesmo modo, a grosseria e a polidez ganharam contornos regidos pela presença ou ausência de senso de bom ou mau convívio no ato de expressarmos-nos publicamente. Polir-se, portanto, parece ser gesto natural na história humana.

A liberdade individual de dizer o que se quer, como se quer, na hora que quiser é sempre relativa, pois a filiação institucional que determina o discurso autorizado é sempre vigiada e julgada, por todos os pares, a partir de acordos de conduta própria ou imprópria. Um Presidente da República pode, por exemplo, se quiser, em meio a uma pandemia que ceifa a vida de milhares de pessoas, dizer “Não sou coveiro”, para demonstrar o grau de importância que dá ao fato. Não conseguirá, porém, evitar o comentário de milhões de conterrâneos que o considerarão apenas como uma pessoa grosseira que, inapropriadamente, usa o verbo em dissonância com o papel que ocupa na hierarquia social. O presidente, ao dizer o que diz, expõe sua vocalidade, entendida como produto histórico de verbalização de si.

A vocalidade exige ação humana inteligente e consciência de fala: propriedade de combinações dos poderes da língua para transmitir ideias novas e precisas que atingem e podem mover a mente do outro. Se a percepção é um instinto para adquirir uma arte, a vocalidade, ao exteriorizar o poder inestimável do verbo, é o exercício da própria arte retórica, aquela que admite a racionalidade e o percurso das emoções em nós de forma previamente articulada, aquela que analisa o dizer para revelar o humano ou esconder o desumano em nós. É pela vocalidade que mostramos nosso “jeito” de expressão em momentos singulares, nossa propriedade de, por meio de formas adaptativas, congregar os homens em decisões de toda ordem, nem sempre fáceis em função da complexidade do estar no mundo. Nas polêmicas ou na simplicidade do dia a dia, nossa vocalidade nos irmana e nos diferencia. Do mesmo modo, nosso grau de polidez é preponderante para revelar o ethos que propagamos para o auditório.

O *ethos*, assim, é visto, primeiramente, como a representação que o orador imprime de si no ato retórico. É efeito, resultado obtido pelo discurso e seu fim, como entendiam os gregos, é criação de uma impressão de si, elaborada pelo próprio orador e no próprio discurso para mostrar-se digno de confiança. Encontrar traços de honestidade e de virtude é o desejo natural de um auditório. Por isso, a credibilidade, como afirma Aristóteles (*Arte Retórica*, II - II, 4), é conseguida de modo eficiente quando o orador mostra em seu discurso que possui equidade (*epieikeia*), senso de justiça, imparcialidade, isenção, neutralidade. Nesse sentido, *ethos* liga-se, na origem, a um princípio moral, que expõe virtudes no discurso e revela um jeito de difundir as concepções do existir de modo reto e aceitável socialmente (ética).

Há, como afirma Eggs (2005), outro aspecto mais neutro e objetivo possível de análise do ethos, ligado à *hexis* (disposição), hábito, tipo social, modo de exprimir adequadamente os temas e estilos que são moldados nos planos de expressão (*elocutio e actio*), mutável em função do contexto retórico e da problematização em foco, produto das escolhas (*hexeis*) efetuadas na atuação diante de um auditório. Em nossa perspectiva, Eggs fala da vocalidade e de todas as implicações históricas, sociais, ideológicas e pragmáticas que o termo pode contemplar em si. É a vocalidade que carrega elementos ligados à personalidade, ao caráter,

aos traços comportamentais e a todos os elementos que se aglutinam no ato retórico como maneira de sentir e apresentar signos corporais, gestos e maneiras de falar.

A PRESERVAÇÃO DA FACE

Há elementos fundamentais para a constituição do *ethos*. Um deles está vinculado às ações denominadas pela Pragmática moderna de *preservação da face*. De fato, toda interação social sofre, pelo menos, dois tipos de pressão inevitáveis: as *comunicativas* (que asseguram a boa transmissão das mensagens) e as *rituais* (que asseguram a mútua preservação da face do orador e do auditório). O bom exercício das práticas comunicativas e rituais determinam, também, algumas das faces do *ethos*: a *negativa* (que se refere à reserva do território pessoal: nosso corpo, nossa intimidade, nossas convicções muito particulares...) e a *positiva* (que diz respeito à “fachada” social: nossa imagem valorizante, que solicita ao auditório aprovação e reconhecimento). Quando se pretende a eficácia do discurso, as relações entre orador e auditório são extremamente sensíveis. Qualquer distração durante o ato retórico pode contribuir para a destruição ou aniquilamento do que se pretende mostrar. A preservação da face precisa ser verossímil para assegurar a criação e manutenção do que se pretende ser no julgamento social. Fazer uma pergunta apressada num momento indevido, por exemplo, pode ressaltar o lado indiscreto e curioso demais de um orador. Por outro lado, dar uma ordem exequível pode valorizar a face de um líder que ordena uma situação caótica.

Enfim, a análise do discurso retórico permite iluminar ou apagar a face positiva do orador constituída no discurso. Pode-se observar, por exemplo, como se manifestam os traços de humildade, arrogância, respeito pelo outro, perfil de liderança, intransigência, inflexibilidade, responsabilidade, rigidez, autoritarismo, depressão, passividade, coragem, temeridade, vaidade, ignorância, comedimento etc. Tais atitudes mostradas pela boa ou má elaboração do discurso permitem classificar atos de fala que representam positiva ou negativamente o orador.

A auto humilhação, por exemplo, pode ser um ato muito digno de preservação da face quando o orador reconhece a própria fraqueza, a incompetência, as limitações pessoais e, virtuosamente, se desculpa

com sinceridade. As promessas, por sua vez, se atendidas, preservam a face, pois demonstram comprometimento com a palavra empenhada e todo auditório valoriza atos honestos e bem cumpridos. A honestidade e a sinceridade, então, realçam traços virtuosos do caráter de um orador e preservam a face por gestos simples: agradecer, aceitar ou não favores, rebater conscienciosa e gentilmente uma crítica, pronunciar-se polidamente sobre um insulto ou desaprovação são gestos significativos de polidez.

Há muitas outras formas de preservação ou de destruição da face. A sensibilidade para as fraquezas do outro dignificam o gesto oratório: respeitar a liberdade de ação do outro, elaborar perguntas que mostrem discrição e cortesia. Atos contrários, porém, marcam negativamente o *ethos*: lançar perguntas altamente indiscretas, fornecer conselhos não solicitados e moralmente enviesados, cobrar favorecimento anterior, fazer ameaças, intimidar e humilhar destoam das formas normais de cortesia.

A preservação, que é o lado socialmente desejável, implica atos retóricos que fomentem a credibilidade e, por consequência, a confiança. Esses sinais, de acordo com Aristóteles (*Arte Retórica*, II, 2-7), são ressaltados tanto pela demonstração de moralidade quanto pela prática exteriorizada por hábitos e costumes. Um discurso retórico precisa ser intenso e expressivo. Precisa, também, ser agradável ao auditório e, por isso, a habilidade de um orador pode ser medida por sua capacidade de atingir e ativar as paixões (*pathos*) de seus ouvintes, de atrair o interesse, de prolongar a atenção em busca da motivação para o estabelecimento do acordo pretendido e, por fim, preservar positivamente a face do orador e a do auditório.

Enfim, a constituição retórica do *ethos* é excelente exercício de preservação da face, pois projeta, no discurso, uma imagem de si. A polidez, por sua vez, assume papel importante no processo de construção discursiva e, como afirmam Fávero, Andrade e Aquino (2000, p. 71),

A polidez pode ser concebida como um conjunto de normas sociais que cada comunidade estabelece para regular o comportamento adequado de seus membros, ajustando atitudes às normas. As formas de polidez estão vinculadas não só a determinada cultura, mas também à língua dessa sociedade. Nesse sentido, pode-se ressaltar,

por exemplo, que o uso das formas de tratamento corresponde à expressão linguística reconhecida socialmente; porém, a necessidade de seu emprego dentro de uma determinada língua depende, não do sistema linguístico, mas da organização social. Embora grande parte da polidez entendida como norma social tenha evidentes repercussões na escolha de certas unidades linguísticas, os estudos pragmáticos voltam-se para a possibilidade de se conceber a polidez como estratégia discursiva.

Assim, como estratégia discursiva que acontece em circuitos interacionais, a atenção à polidez linguística enreda reflexões que contemplam o uso estratégico de recursos expressivos em contextos determinados. Se o interesse recair sobre o contexto escolar, perspectivas instigantes voltadas até a “moldar” a polidez linguística de estudantes podem nos interessar sobremaneira.

A POLIDEZ NA ESCOLA

Ao recuperar a noção de preservação da face, mais especificamente a interação face a face contemplada por Goffman (1985, p. 23), para quem a interação face a face, de modo geral, define-se “como a influência dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, [...] como toda interação que ocorre em qualquer ocasião, quando, num conjunto de indivíduos, uns se encontram na presença imediata de outros”, podemos estabelecer um contraponto com as faces do *ethos* positiva e negativa e tratar da polidez linguística no âmbito escolar.

Retomemos, pois, aspectos da vocalidade na constituição do *ethos* no que concerne tanto à preservação como à destruição da face. A partir de expressões formulaicas, marcas consagradas pelo senso comum e traduzidas pelas “palavrinhas mágicas” “*com licença, obrigada, por favor, desculpe...*” –, iniciamos um processo de estratégias de polidez linguística que contribuem para a constituição da face positiva do *ethos*.

Recorrer ao uso de expressões como essas na escola – e aqui consideramos as salas de aula presenciais ou remotas – sinaliza que o orador pretende que seu auditório receba bem suas manifestações linguísticas ou, no mínimo, com menos resistência.

Em tempos de metodologias ativas, a sala de aula invertida, por exemplo, ainda considerada como uma “inovação” na forma de ensinar, há tempos e em muitas atividades pedagógicas tem sido trabalhada por professores. Essa dita inversão implica, em geral, que o professor solicite a leitura prévia de um texto que durante a aula será trabalhado, preferencialmente a partir do olhar dos estudantes. Claro que com provocações relevantes do professor, incitando a participação ativa dos educandos, podemos pressentir que aqui a vocalidade, como exercício da própria retórica, pode desnudar diferentes graus de polidez, sempre atrelados a um dado *ethos*. Se tomarmos esse exemplo para explorar a interação vocal em sala de aula, são praticamente unânimes os depoimentos de professores sobre o comportamento linguístico de seus alunos durante e após a pandemia da covid-19, não raramente, na contramão da polidez. Possivelmente, conjeturamos, o isolamento propiciou certa falta de condescendência para aguardar o momento adequado e tomar o turno de fala, ou, pelo menos, pedir licença para inserir a própria fala.

Naturalmente, a interação face a face na sala de aula pressupõe uma dada organização pela já cristalizada ação de levantar a mão, quando um estudante pretende participar ativamente da conversa. No entanto, manifestações de natureza empírica de nossos pós-graduandos, professores da educação básica, revelam que, principalmente quando da interação entre os próprios estudantes, cujos atos de fala beiram o aniquilamento do que pretendem enunciar, comprometem negativamente seu dizer, justamente pela forma intempestiva com que se imiscuem na fala de colegas. Por mais relevante que seja o aparte, se ele não for introduzido de modo a respeitar o contexto da sala de aula, onde cada um tem seu lugar de fala orquestrado preferencialmente pelo professor, falas que se atropelam não só geram julgamentos desfavoráveis como comprometem a face do orador.

Mas, violência verbal não se restringe ao contexto da educação básica, pois, como atenta a pesquisa de Maffissoni *et al.* (2021, p. 5), “a incivildade, a agressão verbal, o *bullying* e o assédio moral, exemplos clássicos de violência de natureza psicológica, estão presentes em cursos de enfermagem” não somente na população do estudo – alunos de uma Instituição de Ensino Superior (IES) no Sul do Brasil –, mas também em cursos de enfermagem noutras regiões do país, bem como

em outros países como Austrália, Turquia e Egito. A frequência mais elevada foi verificada nas violências de natureza psicológica e de privação ou abandono, cujos perpetradores mais frequentes foram professores e colegas de classe. A violência vivenciada pelos graduandos aconteceu mais de uma vez em ambiente teórico, teórico-prático e prático, o que pode criar impacto negativo na qualidade da formação desses estudantes.

A fim de evitar situações caóticas, embora possa até resvalar a obviedade, as práticas comunicativas e rituais, como as atinentes à sala de aula invertida, poderiam ser precedidas por uma espécie de contrato, de modo não só a assegurar a efetividade da transmissão da mensagem, mas também a preservar a face tanto do orador como do auditório.

Esse dito contrato pode valer-se da análise do discurso retórico, com a retomada de exemplos corriqueiros retirados da própria interação na sala de aula, de situações sociais e/ou do próprio repertório dos estudantes. Partir dessa perspectiva colaborativa, entendendo-a como empenho reflexivo dos envolvidos – aqui, alunos e professor – para a construção de um acordo que incita o aprendizado interativo, cooperativo, cuja propositura conduz a que todos aprendam uns com os outros.

O registro escrito desse contrato remete ao que acreditamos quanto à “escrita como pujante recurso que potencializa reflexões”, independentemente dos tantos usos, quer sejam mais pragmáticos, como servir de suporte à memória, por exemplo, quer sejam “mais desprovidos de um interesse propriamente pragmático, como escrever um entrevero de mim comigo mesma, que realizo para exorcizar incômodos ou para pôr as ideias no lugar [talvez em outros lugares], também são exercícios singulares que nos impelem à reflexão” (Passarelli, 2021, p. 2).

Além dessa possibilidade de escrita coletiva, outra sugestão para o desenvolvimento de estratégias de polidez linguística advém das máximas conversacionais de Grice (1982), que podem ser exploradas como parte do contrato mencionado. Por considerar que a conversação é governada por princípios, o autor defende tratar-se de um conjunto de máximas que sustentam o sucesso da conversação, caso as pessoas envolvidas obedeam a essas máximas. O princípio mais geral que se espera que os participantes observem é o princípio da cooperação: o locutor explicita a informação para o seu interlocutor, ou seja, informa tudo que seu interlocutor necessita para poder entendê-lo: “Faça sua contribuição

conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado” (GRICE, 1982, p. 86). Esse princípio mais geral abriga quatro categorias de máximas e submáximas:

1. **Categoria de quantidade:** faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto requerida; não faça sua contribuição mais informativa do que requerida.
2. **Categoria de qualidade:** nessa categoria há uma supermáxima: “trate de fazer uma contribuição que seja verdadeira” - e duas submáximas: a) não diga o que você acredita ser falso; b) não diga senão aquilo para que você possa fornecer evidência adequada.
3. **Categoria de relevância:** Sob essa categoria, há uma única máxima: “seja relevante”.
4. **Categoria de modo:** essa categoria está relacionada não ao que é dito, mas “a como o que é dito deve ser dito”. Nessa categoria se inclui a supermáxima: “seja claro” e várias máximas: (i) evite obscuridade de expressão; (ii) evite ambiguidades; (iii) seja breve; (iv) seja ordenado. (GRICE, 1982, p. 86-88)

Explorar com os estudantes as máximas de Grice como base de uma fachada social reconhecida e aprovada como passível de contribuir para a face positiva do *ethos* do orador pode ser também o início de reflexões sobre os chamados *bullyings* – ainda tão presentes no cotidiano escolar. Não que a escola “de ontem” se abstivesse de intimidações verbais como as decantadas rotulações pejorativas (quatro-olhos, para citar uma relativamente branda, que acompanhou a vida de estudantes que usassem óculos), mas parece que, atualmente, além de invocações verbais discriminatórias, o modo como são roubados os turnos de fala beiram e/ou revelam a violência física. Não raro até mesmo um aluno cabisbaixo, que aparenta certa indiferença pelo que ocorre na sala de aula, passa a se imiscuir com rudeza na troca dialógica entre outros atores da situação comunicativa que já estava em curso.

Mais recentemente, a impolidez manifestada linguisticamente tem recebido a contribuição massiva das redes sociais que disseminam chamamentos grosseiros com que um orador-estudante desvaloriza um colega diante de um amplo auditório virtual, movido por paixões nefastas

e/ou ingênuas, mas maldosas. Diante de situações caóticas desse teor, a aposta é a de que a exploração sugerida das máximas de Grice (1982, p. 86), especialmente no que se refere às duas submáximas da categoria de qualidade “não diga o que você acredita ser falso” e “não diga senão aquilo para que você possa fornecer evidência adequada” têm o potencial de alertar o auditório quanto às consequências também do *cyberbullying*.

Arrefecer os ímpetos perversos registrados pelas tecnologias de disseminação é desafio de todos – familiares, amigos, educadores... Mas, pensando mais objetivamente em nosso papel, para além de estimular práticas verbalizadas com polidez, precisamos mediar inter-relações baseados em valores que sirvam de contraponto aos “efeitos sociais provocados pelo discurso estereotípico dos preconceituosos que, numa escala ascendente, constitui apenas o primeiro nível do grande discurso dos intolerantes. Nessa cadeia crescente, os preconceituosos discriminam, os coléricos excluem e os que odeiam exterminam”, como pontua Ferreira (2023, p. 69).

Em suma, precisamos dignificar (i) os valores éticos em detrimento de discursos eivados de impolidez e preconceitos; (ii) o valor da verdade em contraponto a desinformações; (iii) a validade e a pertinência do que foi verbalizado em confronto com digressões propositalmente intrometidas no discurso; (iv) os interesses escusos não revelados pelo orador com o desmascaramento de suas presunções pela argumentação verossímil e lógica.

Na Educação, há um discurso presentificado em defesa da dita escuta ativa, que, para o bem ou para o mal, tem se revelado conivente com os discursos autorreferidos como libertários e, não raro, insequentes, sustentados por argumentos que alimentam a estereotipia e os preconceitos. Infelizmente.

CONCLUSÃO

Como se percebe, tão ou mais necessário que propagar o que é polidez linguística, é premente enfrentar o que está na contramão da intolerância e da estereotipia preconceituosa. É possível que, com a tolerância social e a mediação pedagógica desenvolvida por meio do contrato, a perspectiva reflexiva propicie mais consciência aos oradores

quanto à responsabilidade por seus atos linguísticos, como encorajamento à consolidação de um *ethos* que agregue paixões positivas e benéficas para estimular o bom convívio social.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. Arte Retórica. Trad. Antônio Pinto Carvalho, 15. Ed., Rio de Janeiro, Tecnoprint, s/d.
- BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen C. Politeness. some universals in language use. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CARVALHO, Marcelino de. Guia de boas maneiras. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.
- CARVALHO, Marcelino de. Snobérrimo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.
- ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador – volume 1 – Uma História dos Costumes. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1994.
- EGGS, Ekkerhard. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, Ruth (org.). Imagens de Si no Discurso – A construção do Ethos. São Paulo: Contexto, 2005.
- FÁVERO, Leonor L.; ANDRADE, Maria Lúcia C.V.O.; AQUINO, Zilda G.O. de. Papéis discursivos e estratégias de polidez nas entrevistas de televisão. In: Veredas: revista de estudos linguísticos. Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 4, jan.-jun., 2000, p. 67-77. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/25334>. Acesso em: 7 fev. 2023.
- FERREIRA, Luiz Antonio. Inteligência Retórica e Vocalidade: Constituição e Manutenção do ethos. In: FERREIRA, L.A. (org.) Inteligência Retórica: Ethos. São Paulo: Blucher, 2019.
- FERREIRA, Luiz Antonio. Leitura e persuasão – princípios de análise retórica. São Paulo: Contexto, 2010.
- FERREIRA, Luiz Antonio. Quanto mais vazia a carroça, maior o barulho: a doxa e a dimensão pública dos discursos dos intolerantes. In: SANTOS, Maria Francisca Oliveira; FERREIRA, Luiz Antonio; SILVEIRA, Maria Inez Matoso (orgs.). A práxis da linguagem em movimento: perspectivas textual-retórico argumentativas. Campinas, SP: Pontes, 2023, p. 69-92.
- GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
- GRICE, Herbert Paul. Lógica e Conversação. In: DASCAL, Marcelo (org.). Fundamentos Metodológicos da Linguística (IV) Pragmática – problemas, críticas, perspectivas da linguística. Campinas: Unicamp, 1982, p. 81-103.
- MAFFISSONI André Lucas *et al.* Violência autorreferida por estudantes de enfermagem no contexto da graduação. In: Revista Brasileira de Enfermagem. 2021, p. 1-7; 74(4):e20201179. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-1179>

PASSARELLI, LÍlian Ghiuro. A escrita como recurso reflexivo na aprendizagem, no ensino e na pesquisa. In: PASSARELLI, LÍlian Ghiuro. Dossiê temático: A escrita como recurso reflexivo na aprendizagem, no ensino e na pesquisa. Verbum Cadernos de Pós-Graduação. v. 10 n. 2, 2021, p. 02-08. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verbum/issue/view/2637>. Acesso em: 20 out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.23925VOL2PAGi02-08>

ESTUDO DA NORMA E DO USO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

Jarbas Vargas Nascimento

INTRODUÇÃO

No Brasil, na década de 1970, surgem diferentes estudos, no campo da História da Língua, da Historiografia Linguística e da História das Ideias Linguísticas, entre outras abordagens históricas da língua, com o objetivo de relacionar a língua e a História, a fim de descrever, explicar e interpretar registros linguísticos. Algumas pesquisas, abordando a língua nesta perspectiva, desde aquele momento histórico, têm seus fundamentos na tese de que as mudanças são inerentes às línguas, como um fenômeno cultural motivado por fatores linguísticos e extralinguísticos. Atendo-nos, principalmente, à corrente histórico-historiográfica, revisitamos a língua como prática social, para tratarmos de norma e uso do comportamento linguístico no Português do Brasil, associando ao ensino de língua materna.

HISTORIOGRAFIA E HISTÓRIA

Na década de 1970, Robin (1977) lamenta a ausência de estudos que abordem a linguagem em uma perspectiva histórica e historiográfica, apesar dos incentivos de pesquisadores da Escola dos Annales. Com eles, inicia-se um novo tempo, com um novo padrão historiográfico e novas possibilidades de perspectivas para os historiadores no que se refere à natureza do conhecimento que produzem e ao papel do conhecimento histórico da sociedade. Somente nos anos de 1990, alguns historiógrafos e historiadores da linguística assumem uma história languageira de diferentes conceitos, a fim de sistematizar uma nova abordagem da língua e de suas normas e usos, abrindo uma nova perspectiva para a história dos eventos comunicacionais dentro dos paradigmas da Linguística.

Neste capítulo, com base nos estudos historiográficos, examinamos a forma como podemos apreender a problemática da mudança linguística, da norma e do uso na formação histórica do Português do Brasil, associando ao ensino de língua materna ao contexto social brasileiro. Tal problemática tem relação com as transformações que se operam em nossa sociedade, na história e na vida dos falantes e trata de uma investigação que deve ser inserida no campo dos estudos históricos e historiográficos da língua.

A mudança histórica é uma das comprovações de que a língua muda para se adaptar às necessidades humanas, (Silva Neto, 1952), tornando-se um dos movimentos mais evidentes da variação histórica do Português do Brasil. Nosso ponto de apoio é uma abordagem que considera a língua como prática social, pois depende das situações de usos. Essa perspectiva é sócio-histórico, porque a língua, constituída na e pela comunidade dos falantes, ao longo de sua história, sofre transformações que são associadas à cultura, à forma de vida e às necessidades de seus usuários. Neste sentido, *a língua desenvolve-se historicamente e, uma vez constituída, impõe aos falantes uma maneira de organizar o mundo* (FIORIN, 2009, p. 150).

NORMA E USO

Nossas reflexões se ampliam pois, nesses mais de quinhentos anos de História do Brasil, a língua em uso em nosso território se transformou tal como os homens e o país, que passou de colônia de extrativismo a um país em desenvolvimento, reconhecido mundialmente. Nesta perspectiva, é natural que o Português brasileiro apresente mudanças, distancie-se do Português Europeu, no mesmo instante em que revele marcas de regularidades estáveis, duas grandes forças que regem a vida da língua. Embora a língua não seja um organismo biológico, em qualquer nação, percebemos palavras nascerem, mudarem de campo semântico, desaparecerem, transitarem de uma classe gramatical a outra, reunirem e separarem em locuções, serem substituídas, ampliadas, acompanhando as mudanças históricas e socioculturais.

Seria uma incoerência considerar a língua isolada das transformações econômicas, científicas, políticas, históricas e sociais ocorridas no

Brasil. Por conta disso, podemos comprovar que, na sociedade, sempre se inter-relacionam uma dimensão interna, linguística e uma dimensão externa, histórica, que impulsiona uma adequação da língua às práticas sociais, que geram situações de usos mais ou menos formais. Esse fato motiva a sociedade a criar critérios de correção e adaptação linguísticas. Por isso, justifica-se enfocar aqui, nesse capítulo, em uma abordagem histórica, a relação norma e uso do comportamento linguístico no Português do Brasil e as implicações dessa relação no ensino de língua materna.

O uso da língua deve ser adequado aos diferentes domínios sociais, inclusive no ensino de língua materna, como atesta Bortoni-Ricardo (2004, p. 23):

a sala de aula, um domínio social é um espaço físico onde as pessoas interagem assumindo certos papéis sociais. Os papéis sociais são um conjunto de obrigações e de direitos definidos por normas socioculturais. Os papéis sociais são construídos no próprio processo da interação humana. Quando usamos a linguagem para nos comunicar, também estamos construindo e reforçando os papéis sociais próprios de cada domínio. Vejamos alguns exemplos. No domínio do lar, as pessoas exercem os papéis sociais de pai, mãe, filho, filha, avô, tio, avó, marido, mulher etc.

Para dar conta de nossos objetivos, primeiramente, tratamos de mudança e regularidade linguísticas, para, em seguida, buscarmos um conceito de norma na Antropologia, pois entendemos que a língua supõe o homem e grupo social em que ele se insere. Por fim, parece-nos pertinente examinar alguns exemplos do uso brasileiro da Língua Portuguesa, no sentido de avaliar a tradição gramatical, normativa, afastada da observação pura, e o uso linguístico que resulta da aprendizagem em meio ao convívio social. Essas etapas, com certeza, podem subsidiar o ensino de língua materna.

A mudança linguística no tempo é o cerne da Linguística Histórica, afirma Mattos e Silva (2008a). Assim, a língua utilizada pelo homem é resultado de transformações histórico-sociais, insere-se em um amplo universo e traz em seu interior marcas que caracterizam, no tempo e no espaço, um conjunto de tendências relacionadas à condição social e à educação linguística dos usuários. A língua, nessa direção, não é estática,

tende a mudança, é dinâmica e transforma-se, para atender às necessidades de integração do homem ante seu universo social. Por não ser um produto pronto e acabado, a língua se transforma continuamente, acompanhando as práticas sociais.

Coseriu (1979, p. 28) afirma que *todo estado de língua é em grande parte reconstituição de outro estado anterior (...) porque o que se chama mudança na língua só o é em relação a uma língua anterior*. Ampliando o postulado de Coseriu, podemos dizer que as mudanças operadas no interior da língua resultam de fatores extralinguísticos, não acontecem isoladamente, são perceptíveis no tempo e encerram em si os limites de um conhecimento histórico, fazendo da língua, por conseguinte, um processo e um produto decorrentes de fatores histórico-sociais.

As mudanças linguísticas resultam, então, de uma transformação que provoca o deslocamento de uma norma. Segundo Mattheier (2011, p. 2),

Com o fenômeno da mudança surge, também, o problema da identidade de uma língua, pois apenas é possível falar de mudança se uma variedade consegue manter uma certa identidade dentro da história e do espaço.

A visão conservadora da língua proclamada por vários pesquisadores puristas visa a estancar as mudanças e impede que se acatem os usos linguísticos em circulação na sociedade. Todavia, toda mudança ocorre em um espaço geográfico, histórico temporal e antropológico e não caracteriza decadência da língua como querem alguns linguistas conservadores. As mudanças partem do uso individual da língua pelo homem e consolidam-se pela homologação dos grupos sociais em sua prática linguística, impondo-se ao indivíduo como norma. Mudar, por conseguinte, é da essência da língua. Por isso, a língua cria um ciclo de vida invisível, move-se por uma direção imposta por si própria, determina as mudanças que vão do léxico ao gramatical; denuncia correntes ideológicas, testemunha a situação cultural do mundo e, justamente por isso, garante sua sobrevivência.

Ademais, a língua muda justamente, porque está em uso e sua existência está condicionada a seu novo uso, que pode ser recuperado no tempo e na história. Qualquer que seja a intensidade dos esforços dos puristas, quando pretendem impor o bom uso, privilegiando a norma

em diferentes instâncias de repressão linguística, tais como a escola, a academia, os autores de gramáticas e dicionários, jamais poderão deter as mudanças de uma língua, a não ser deixando de falá-la. A norma padrão representa a gramatização do uso mais aceito socialmente, aquele que serve de modelo à prática linguística do grupo social dominante. As mudanças linguísticas, porém, decorrem das variações que, na atividade regular de enunciação, surgem durante a comunicação. Para Hanks (2008, p. 49)

O acesso à norma por meio da educação linguística fornece o acesso a lugares de poder no qual é empregada. O processo completo constitui um tipo de dominação simbólica no qual os usos são suprimidos e aqueles que os utilizam são excluídos ou levados a aceitar essa exclusão.

Nesse processo, podemos observar mudanças que se consolidam e outras que são momentâneas. As mudanças que se consolidam, tornando-se normas, partem de ações linguísticas intencionais, na medida em que elas dão acesso ao poder.

Aléong (In Bagno, 2001), refletindo sobre a questão da norma, afirma que existe uma grande distância entre o sistema socialmente dominante das prescrições linguísticas e a realidade dos desempenhos rotineiros dos usuários da língua, ou seja, existe uma ideologia linguística que preconiza o emprego de certas formas com o abandono de outras em nome da correção linguística e fixação da norma. Desde o século XIX, a questão da norma ocupa apenas um lugar modesto na Linguística, pois ela visa a descrever e a explicar fatos de observação e não se interessa por juízos de valor individuais e coletivos sobre a qualidade dos fatos. Se o valor de uma forma linguística não corresponde a nenhuma realidade objetiva, fora da consciência dos falantes, então não pode interessar à Linguística.

O estudo da norma, na abordagem de Aléong, é muito mais pertinente à Psicologia, à Sociologia, à Antropologia e à História, pois o ponto de partida de uma abordagem antropológica da norma, por exemplo, é a constatação de que a língua é uma prática social, porque é inseparável da vida em sociedade, influenciando e sendo influenciada por nossas interações e relações uma com os outros. Dessa perspectiva, a língua serve para interação social, implica a existência de falantes e constitui-se numa dimensão histórica e sociocultural.

A língua faz parte de um conjunto de meios de interação simbólica que compreende, sobretudo, o não-verbal, gestos, vestimenta, estética corporal e até as formas de etiqueta. A língua não pode ser dissociada desses elementos simbólicos que são a base da interação na vida social. Nesta perspectiva, a sociedade não é composta unicamente de indivíduos; ela se organiza segundo princípios e regras que enquadram e condicionam o comportamento humano. A regulamentação social impõe normas de comportamento, justificadas pela existência de poder de uma cultura ou uma sociedade.

Para explicarmos as regularidades do comportamento linguístico em sociedade podemos partir das reflexões de Aléong (2011). De fato, devemos observar a organização da sociedade, que se estrutura com auxílio de instituições, tais como a família, a escola, o direito, a divisão de trabalho, entre outros; a vida social é constituída, por conseguinte, de práticas interativas em circulação entre indivíduos. No entanto, a percepção de si e dos outros é um elemento essencial no relacionamento humano e, por isso, o estado de consciência é largamente condicionado pela situação objetiva na qual se encontram os indivíduos.

A partir desses aspectos, podemos fazer uma distinção entre o normal e o normativo. Se entendermos por normativo um ideal definido por juízos de valor e pela presença de um elemento de reflexão consciente, o normal pode ser definido como a frequência normal dos comportamentos observados. O normativo e o normal, porém, podem ser noções relativas, cujos campos de atuação são definidos pelo grupo social nos quais eles se manifestam. Considerando que uma sociedade não é totalmente homogênea, mas conhece divisões e distinções de caráter social e econômico, o normativo e o normal são suscetíveis de variar de um grupo de indivíduo para outro (Bagno, 2012).

Uma sociedade deve ser vista pela heterogeneidade dos componentes de sua organização social e, sobretudo, nas separações sociais de toda origem – idade, profissão, sexo, origem étnica. Nessa concepção de sociedade, as normas sociais ou as regras de comportamento são variadas e relativas. Variadas porque os agrupamentos são variados e relativas, porque os juízos de valor só têm sentido em relação ao grupo ou ao conjunto de referência no qual se situam os indivíduos.

Como uma das funções sociais da linguagem é marcar e apresentar a identidade dos indivíduos e de seu *status* e papel, a língua pode servir de meio para sublinhar uma distinção social. Considerando que, no interior de todos os grupos sociais, a língua se torna um meio de exprimir as relações interpessoais, podemos depreender, então, a existência de normas sociais de comportamentos linguísticos, que condicionam o uso e as práticas de interação linguística. Faz-se necessário considerar, ainda, que não se trata de querer dar conta de toda diversidade linguística por uma norma social qualquer e, também, convém ver no determinismo social uma influência, cujo efeito varia segundo o aspecto do código linguístico e segundo a competência individual em manejar o código e, enfim, segundo o grau de intervenção consciente da parte do indivíduo em sua situação linguística. Aléong (2011 p. 150) reforça que

na estrutura de uma língua, nem todos os elementos têm o mesmo valor funcional nem a mesma saliência na interpretação social que se fará do fato linguístico. Num dado estágio de desenvolvimento de uma língua, algumas partes admitem mais variações que outras.

Os limites das mudanças linguísticas dependem do uso e da aceitação do grupo social. Com isso, queremos dizer que, num estudo de sincronia, tudo aquilo que não corresponde à necessidade de interação entre os indivíduos, no processo de comunicação, tende a transformar-se, adequando-se às necessidades humanas. Examinando-se as possibilidades de transformação histórica da língua e levando-se em consideração a função social que a ela exerce, pode-se entender a norma linguística como um produto de uma hierarquização dos diversos usos possíveis, segundo uma escala dê valores que incide sobre uma forma linguística em relação às exigências da interação social.

Como a norma representa uma escolha dentre os usos reais ou possíveis, é preciso reconhecer a arbitrariedade linguística dessa norma. Tanto mais porque a história da norma em Língua Portuguesa revela o quanto, de um período para outro, seu conteúdo mudou. Entretanto, a norma é dominante em todos os períodos e impõe-se aos usuários com força de uma lei. As atitudes reais dos falantes revelam a divergência entre o que se diz o que é normativo. E isso deve ser levado em consideração no ensino de língua materna.

Para Rey (in Bagno, 2001), o conceito de uso se alicerça na construção ideológica da norma e permite que esse conceito seja formalizado antes que o de sistema seja apreendido. A história das concepções linguísticas, principalmente a da gramática, reflete e ilustra um esforço constante para atingir o sistema, por meio dos usos. O discurso prescritivo dos gramáticos revela um empenho em descobrir, por trás dos usos individuais, um uso geral, a norma social. Para o falante, em seu grupo social, a língua não é concebida como um código de interação social: ela é antes de tudo uma norma imperativa, um uso estabelecido por seu grupo social a que se deve seguir. A noção do uso corresponde à consciência da sociabilidade.

A pressão social, que visa à unificação, manifestada pela organização das classes, pela tendência à hierarquização, pelo estabelecimento de uma ideologia dominante, reflete, no plano da língua, uma tendência à unificação da norma subjetiva, que tem como fonte e fundamento as determinações históricas. Por ser a norma prescritiva uma construção segunda, obtida por seleção dos tipos de uso e de seus elementos característicos, por eliminação, converge para uma pseudo-sistema, único como a estrutura efetiva da língua.

A norma prescritiva sustenta um certo discurso para informar os falantes de seus julgamentos e de suas decisões. Esse discurso é regulado pela avaliação crítica, pela condenação dos outros discursos e pelo juízo de valor, hierarquizando os usos e, por meio deles, os usuários. Segundo Rey, trata-se de um discurso definitório pois, rejeitando uma parte dos usos da comunidade, ele delimita um objeto; discurso de juízo imperativo, quando enumera regras, ou exceções, e listas de unidades que se apresentam em pares (assobiar/assoviar, baixar/abaixar).

Os objetivos do discurso normativo, materializados nas gramáticas e dicionários, apresentam alguns tipos de justificativas como: indicar o correto, definir a norma e identificá-la com o “uso correto” da língua, reduzir as variações, aproximar o uso do sistema, fazer respeitar certos usos atestados há muito mais tempo que seu concorrente. O ideal de língua está determinado na norma-padrão que, por sua vez, se reduziu à gramática, cujo caráter é prescritivo, normativo e instrumentalista. Por isso, predomina na história da língua a relação língua>norma>gramática, que assegura que é nas gramáticas e nos dicionários, que encontramos

as verdadeiras e corretas possibilidades de usos linguísticos. Todas essas justificativas, segundo Rey, devem ser analisadas uma a uma e interpretadas de maneira coerente.

Lyons (1979), estudando a questão do prescritivismo linguístico, argumenta que os estudos da língua com base nos clássicos datam do século III a. C na cidade de Alexandria, no Egito, centro de intensa pesquisa literária e linguística. A preocupação dos estudiosos daquela época, os filólogos, era a de restaurar manuscritos de autores antigos que se encontravam bastante corrompidos. Desenvolveu-se, então, a prática de publicar comentários de texto e tradados de gramática para elucidar as dificuldades que os leitores apresentavam ao ler os poetas gregos. Foi assim que surgiu a Gramática, como a “arte de escrever” e de bem falar. Ao longo do tempo, em função dos objetivos do momento, foi assumindo diversos conceitos e subdivisões, com o intuito de estudar a língua em seus aspectos descritivo, prescritivo e histórico. Para Lyons (1979), os filólogos cometeram dois erros clássicos: o primeiro diz respeito à relação às modalidades escrita e falada da língua e o segundo, à forma como as línguas mudam.

A cultura linguística grega se interessou, principalmente, pela língua escrita; à medida que se notava alguma diferença entre língua falada e língua escrita, considerava-se a falada dependente da escrita e concebiam, ainda, a hipótese de que a língua dos escritos antigos era mais correta que a fala coloquial do seu tempo. Assim, a “pureza” de uma língua era mantida pelo uso de pessoas letradas e “corrompida” pelo uso dos iletrados. Essa situação só começou a ser revista no final do século XIX e início do século XX, quando a Linguística assume o estatuto de ciência.

Durante o século XX, desenvolveram-se muitas pesquisas linguísticas não só em áreas tradicionais – a fonética, a fonologia, a morfologia, a sintaxe, a semântica – como também em outros campos de estudo. Uma novidade introduzida pela Linguística foi valorizar a modalidade falada da língua natural, importância que sempre lhe foi negada durante o domínio da gramática normativa, totalmente voltada para a língua escrita. Entretanto, Marcuschi (2001, p. 35) afirma que a língua, seja na sua modalidade falada ou escrita reflete, em boa medida, a organização da sociedade. Isso porque a própria linguagem mantém complexas relações com as representações e as formas sociais

ENSINO

A escola, por sua vez, presa à tradição gramatical, valoriza a gramática tradicional, a língua escrita e a norma padrão culta da língua em detrimento da pluralidade dos usos. Atualmente, os conceitos de “certo” ou “errado” tornaram-se obsoletos no ensino de Língua Portuguesa, pois achar que uma forma linguística é mais “certa” que outra não procede. No Brasil, a tradição gramatical ainda é muito influente no ensino de língua portuguesa e com ela a noção de “erro linguístico”. Segundo Poll (2009, p. 8)

O erro linguístico está diretamente ligado ao entendimento sobre padrão linguístico, cuja não-obediência o constitui. Assim, quando se afirmar haver erro – ou qualquer terminologia alternativa – ainda que se renomeie o fato, há em jogo um conjunto de regras consideradas como padrão de comportamento linguístico para determinadas situações. A negação do erro, portanto, diz respeito à matiz estritamente linguístico do idioma, ou seja, à língua destituída de seu funcionamento e de seu caráter social.

A tradição gramatical, conforme Padley (in Bagno, 2001), se prolonga até nossos dias com sua prescrição rígida de normas a seguir. Trata-se de norma teórica, do modelo de descrição que prevalece num dado momento. Essa norma determina o uso linguístico que se priorizará e a gramática normativa registra-o como uso privilegiado dentre muitos existentes na língua, com o objetivo de atendimento a uma política de unificação linguística. Observando alguns usos do Português do Brasil e confrontando-os com a gramática normativa, notamos que ela não contempla usos frequentes no Brasil. Relacionamos alguns casos à guisa de comprovação da discussão que fizemos.

Comparemos os enunciados:

- (1) E reparou que todos os atletas com quem a Globo faz reportagem com a família perdem?
- (2) E reparou que todos os atletas com cuja família a Globo faz reportagem perdem?

O enunciado (1), de uso frequente no Brasil, pela ótica da gramática normativa está “errado”, pois o pronome relativo que tem sentido de posse é *cujos*. Cunha & Cintra (2017) confirmam que o pronome *cujos* é relativo e possessivo; emprega-se apenas como pronome adjetivo e concorda com a coisa possuída em gênero e número.

(3) O Banco Real tem gerentes preparados para oferecer a assessoria que você precisa, de acordo com as suas disponibilidades e seu projeto de vida.

Uma ocorrência muito comum no uso do pronome relativo é a omissão da preposição antes do pronome, quando ele exerce uma função sintática preposicionada, sobretudo a função de objeto indireto, complemento nominal, adjunto adnominal e adjunto adverbial. No enunciado (3), a preposição foi omitida e o pronome exerce, nesse caso, a função de objeto indireto. Para a gramática normativa o “correto”, ou seja, a variante mais conservadora está no enunciado (4).

(4) O Banco Real tem gerentes preparados para oferecer a assessoria de que você precisa, de acordo com as suas disponibilidades e seu projeto de vida.

Uso semelhante ocorre ainda em (5):

(5) Ansiávamos por que ele terminasse a perigosa aventura. Para a gramática normativa, a preposição *por* antes do *que* é uma exigência necessária.

Os gramáticos Cunha & Cintra (2017) afirmam que “como desempenha normalmente a função de adjunto adverbial, onde costuma ser considerado por alguns gramáticos advérbio relativo”. Não há na gramática normativa regras que tratam de algum outro emprego do pronome *onde* a não ser como indicativo de lugar. No entanto, o uso de *onde* não se restringe a esse emprego, já que é comum o emprego desse pronome com valor de conjunção, como se pode notar no enunciado (6).

(6) O sistema emergente pode ser classificado como “mercantilismo das corporações”, onde decisões sobre relações sociais, econômicas e políticas são cada vez mais centradas em instituições privadas, sem nenhum mecanismo de controle social.

Cunha & Cintra (2017, p. 520) expõem que o verbo “perdoar, na língua culta de hoje, constrói-se, preferencialmente, com o objeto direto

de ‘coisa’ e objeto indireto de ‘pessoa’”. O emprego desse verbo com o objeto direto “pessoa” é citado pelos autores como um uso frequente no Brasil, porém essa regência não é admitida como norma.

De fato, esse uso pode ser notado em texto de jornal (enunciado 7) e ainda em texto literário (enunciado 8).

(7) Genaro, então, começa a tocar piano, grita que perdoou o filho e que vai encontrá-lo no Brasil.

(8) A Velha tia Neném não perdoava ninguém. (José Lins do Rego)

O verbo *assistir* no sentido de “presenciar” é transitivo indireto e exige a preposição “a”, isso é ensinado pela tradição gramatical. O emprego como transitivo direto é condenado pelas gramáticas normativas; no entanto, são bastante frequentes construções como as dos enunciados (9) e (10).

(9) Assista os gols da rodada.

(10) Trata-se de um filme que eu assistia. (Clarice Lispector)

De acordo com a gramática tradicional, o verbo *lembrar* constrói-se com objeto direto, quando não-pronominal, e com objeto indireto introduzido pela preposição *de*, quando pronominal. Entretanto, segundo Neves (2000, p. 39) são usuais construções como:

(11) Lembro dele na casa da Avenida do Contorno.

(12) É bom lembrar de que há poesia popular em todo o Brasil.

(13) O diretor do teatro lembrou-se que não dormira durante a noite.

CONCLUSÃO

O Português do Brasil deve estar receptivo, portanto, às inovações, descobertas, invenções ou mudanças que transformam o homem. Somente aqueles que acreditam na insensatez anticientífica de um mundo imutável poderiam defender uma língua inalterada, imune às transformações. Como o mundo e o homem, a língua está em permanente mudança.

A escola deve rever seus Planos de Ensino e esclarecer aos alunos o papel da gramática normativa, sem deixar de mostrar a heterogeneidade linguística, resultante do papel da História nas transformações que se operam na língua. A língua enquanto prática social não pode ser

considerada no ensino totalmente desvinculada de fatores históricos e socioculturais que a acompanham. Por isso, cabe ao professor, em todos os níveis de formação linguística, orientar seus alunos no sentido de que percebam a importância da tradição gramatical e linguística inserida numa perspectiva histórica, espaço de flexibilidade. Os dados aqui apresentados podem contribuir para o estudo da norma e do uso do comportamento linguísticos e de seus registros como realidades históricas.

REFERÊNCIAS

- ALÉONG, Stanley. Normas linguísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica. In: BAGNO, Marcos. Norma Linguística. São Paulo: Loyola, 2001.
- BAGNO, Marcos. Norma linguística, hibridismo & tradução. Traduzires, vol.1, maio 2012.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maria. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.
- COSERIU, Eugenio. Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1979.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- DOSSE, François. A História em migalhas: dos Annales à Nova História. São Paulo: Ensaios; Campinas: Unicamp, 1992.
- FIORIN, José, Luiz. Língua Discurso e Política. ALEA, v. 11, n. 1, jan/jun, 2009, p. 148-165.
- GUILHAUMOU, Jacques. Linguística e História. São Paulo: Pedro & João, 2009.
- HANKS, William. F. Língua como prática social – das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2008.
- LYONS, John. Língua(gem) e Linguística: uma introdução. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- MATTHEIER, Klaus J. Das Verhältnis von sozialem und sprachlichem Wandel. In: AMMON, U.; DITTMAR, N.; MATTHEIER, K. (eds.). Sociolinguistics. Berlin, New York, de Gruyter, 1988.
- MARCUSCHI, Luíz Antônio. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Teorias da mudança linguística e a sua relação com a(s) história(s) da(s) língua(s). Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto, v. 3, 2008a.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível. São Paulo: Parábola, 2008b.

- PADLEY, G. A. A norma na tradição dos gramáticos. In: BAGNO, Marcos. Norma Linguística. São Paulo: Loyola, 2001.
- POLL, Margarete. O erro linguístico e seus eufemismos. Revista Memento, n. 2, v. 1, jul/ago, 2009.
- REIS, José Carlos. Escola dos Annales – a inovação em História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- REY, Allan. Usos, julgamentos e prescrições linguísticas. In: BAGNO, Marcos. Norma Linguística. São Paulo: Loyola, 2001.
- SILVA NETO, Serafim. História da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1952.
- ROBIN, Regine. História e linguística. São Paulo: Cultrix, 1977.

SOBRE O ORGANIZADOR-AUTOR

JOÃO HILTON SAYEG-SIQUEIRA

Pós-doutorado em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, programa chancelado pela Cátedra UNESCO (2012); Doctor Honoris Causa de Iberoamerica pelo Consejo Iberoamericano en Honor a la Calidade Educativa, instituição chancelada pela Cátedra UNESCO (2007); doutorado em Linguística e Letras pela PUC-RS (1986); mestrado em Língua Portuguesa pela PUC-SP (1980); graduação em Letras Portugêsa pela PUC-SP (1973). Professor do Programa de Pós-graduação em Língua Portuguesa da PUC-SP. Líder do grupo de pesquisa, certificado pelo CNPq; Leitura, Ensino e Discurso. jhsiqueira@pucsp.br

SOBRE OS AUTORES

Dieli Vesaro Palma

Pós-doutorado pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Pt (2007); doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela PUC-SP (1998); mestrado em Língua Portuguesa pela PUC-SP (1979), graduação em Letras Português e Francês pela UPM (1969). Professora do Programa de Pós-graduação em Língua Portuguesa da PUC-SP. Líder do grupo de pesquisa, certificado pelo CNPq: Educação linguística. dpalma@pucsp.br

Jarbas Vargas Nascimento

Pós-doutorado em Letras pela UNESP-campus de Assis (2010); doutorado em Letras Semiótica e Linguística Geral pela USP (1994); mestrado em Língua Portuguesa pela PUC-SP (1990); graduação em Letras Português e Francês pela Faculdade Nossa Senhora Medianeira-São Paulo (1972); graduação em Filosofia pela Faculdade Nossa Senhora Medianeira-São Paulo (1971). Professor dos Programas de Pós-graduação em Língua Portuguesa da PUC-SP e Linguística da UFES. Líder do grupo de pesquisa, certificado pelo CNPq: Memória e cultura na língua portuguesa escrita no Brasil. nascimento@pucsp.br

Lilian Ghiuro Passarelli

Pós-doutorado pelo Instituto de Estudos da Linguagem-Unicamp (2005); doutorado em Língua Portuguesa pela PUC-SP (2002); mestrado em Língua Portuguesa pela PUC-SP (1996); graduação em Letras pela Universidade Católica de Santos (1991). Professora dos Programas de Pós-graduação em Língua Portuguesa e em Educação: Formação de Formadores da PUC-SP. Líder do grupo de pesquisa, certificado pelo CNPq: Estudos de linguagem para ensino de português. lghiuro@pucsp.br

Luiz Antonio Ferreira

Pós-doutorado em Letras Clássicas e Vernáculas pela FFLCH-USP (2015); doutorado em Educação pela USP (1995); mestrado em Educação pela USP (1989); graduação em Letras Português e Inglês pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Farias Brito (1973). Professor do Programa de Pós-graduação em Língua Portuguesa da PUC-SP. Líder do grupo de pesquisa, certificado pelo CNPq: Estudos retóricos e argumentativos. luizferreira@pucsp.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

análise do discurso 47, 51
assunto 13, 15–17, 19, 30–32, 43
Ato retórico 46–47
Auditório 46–49, 51–53

C

coerência 22–25, 27
coerência textual 22
coesão 18, 20, 22
coesão textual 18, 20, 22
Comunidade 13, 34, 48, 57, 63
construção referencial 14–15, 18
conteúdo 9, 12, 17–18, 20–21, 25, 33, 62
conversação 30–32, 34, 41, 51, 54
correção 27, 29–30, 37–38, 58, 60
cortesia 28, 33–37, 40–41, 48
cortesia verbal 33–34, 40–41
Cultura 34–35, 48, 57, 61, 64, 68, 71

D

Descritivo 19, 64
Discurso 9–12, 14–18, 26–27, 30, 33, 38, 41, 43, 45–48, 51, 53–54, 63, 68, 70
dissertativo 19
domínio discursivo 12–13, 16–17

E

ensino 9, 12, 28, 38, 40–41, 50, 55–58, 62, 65, 67–68, 70–71
Enunciado 13, 18, 24, 35, 66–67
Escola 10, 22, 26, 40, 49, 52, 56, 60–61, 65, 67, 69
Escrita 9, 27–28, 41, 51, 55, 64–65, 68, 71
Ethos 44, 46–50, 52, 54

F

face 9, 29–32, 34–36, 38–39, 42, 47–52

G

Gênero 12, 16–18, 22, 43, 66
gênero do discurso 12, 16
Gramática 63–68

H

história 45, 54, 56–57, 59–60, 62–63, 67–69

Historiografia 56

I

Impolidez 52–53
Interferência 24–26
Interação 9, 11–12, 26, 28–33, 37–39, 41, 47, 49–51, 58, 60–63
interlocutor 29–30, 33–34, 36, 38, 51

L

Leitor 24–26, 29
Leitura 25, 27, 44, 50, 54, 70
Ler 10, 26, 43, 64
Língua 4, 18, 28, 34, 38, 40–41, 46, 48–49, 56–71
Linguagem 9–12, 14–15, 26, 30, 45, 54, 56, 58, 62, 64, 71
Linguística 13–14, 18, 23, 31, 34, 36, 41, 49, 51, 53–54, 56–60, 62, 64–65, 67–71
lógica(o) 22–23

M

metarregra 19
Mudança 16, 27, 33, 39, 45, 57–59, 67–68
mudanças 32, 56–57, 59–60, 62, 67

N

narrativo 19
nominal(is) 15–17, 21–22, 66
Norma 34, 49, 56–60, 62–63, 65, 67–69
Normativo 61–63

O

Orador 46–53
oral 9, 28–30, 37–38
Oralidade 28, 33, 37–38, 40–41

P

papel 10, 14, 29–30, 37, 45, 48, 53, 56, 62, 67
polidez 28, 33–34, 36, 41–43, 45–46, 48–51, 53–54
português 41, 56–58, 65, 67–68, 70–71
prática social 9–10, 12, 56–57, 60, 67–68
Prescritivo 63–64
preservação 35, 47–49
preservação da face 47–49

preservar 34, 40, 48, 51
produção textual 9, 28

R

Referência 14–15, 20, 23, 25, 61
Referenciação 14–16
Referente 14–15, 18
regra 19

S

semântica 22–23, 45, 64
situação 9, 18–19, 21, 25, 29–30, 32, 35, 37, 39, 44, 47, 52, 59, 61–62, 64
Social 9–12, 17, 26–27, 29–31, 34–35, 37, 40, 42–47, 49, 52–54, 56–63, 65–68, 70
Sociedade 11–12, 34, 40, 43, 48, 56–61, 64, 68
Sujeito 9–10, 14–15, 18, 26, 32
sujeito do discurso 14–15, 18
sujeito social 9–10, 26
superestrutura 18

T

tema 17, 31, 37, 39
temático 17–18, 20, 55
Texto 9–10, 15–31, 33, 37–39, 50, 64, 67
texto oral 28–30, 37–38
textual 9, 14, 18, 20–23, 25, 28, 39–40, 54
tipologia 18–19
tipologia textual 18
tópico 29–31, 38

U

uso 16, 34, 38, 40, 44, 49, 56–60, 62–68

V

Variação 57
verbal(is) 15–18, 21–22, 26, 30–34, 39–41, 45, 50, 52, 61
Vocalidade 45–46, 49–50, 54

ISBN 978-65-5368-363-1



Este livro foi composto pela Editora Bagai.



www.editorabagai.com.br



[/editorabagai](https://www.instagram.com/editorabagai)



[/editorabagai](https://www.facebook.com/editorabagai)



contato@editorabagai.com.br